



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MARCIANA SILVA DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: UM
ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DA UNILA E UNILAB ENQUANTO PROPOSTA
POLÍTICA DE ESTADO**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

REDENÇÃO

2015

MARCIANA SILVA DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL:
UM ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DA UNILA E UNILAB ENQUANTO
PROPOSTA POLÍTICA DE ESTADO**

Monografia de graduação apresentada ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para obtenção do título de “bacharel em humanidades”.

Orientador: Carlos Henrique Lopes Pinheiro

REDENÇÃO

2015

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos– CRB-3 / 1219

O48e Oliveira, Marciana Silva de.

A educação superior no contexto da cooperação sul-sul: um estudo da implementação da UNILA e UNILAB enquanto proposta política de estado. / Marciana Silva de Oliveira. – Redenção, 2015.

79 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Pinheiro.

Inclui referências.

1. Ensino superior. 2. Cooperação sul-sul. 3. UNILAB. 4. UNILA. I. Título.

CDD 378.81

MARCIANA SILVA DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL:
UM ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DA UNILA E UNILAB ENQUANTO
PROPOSTA POLÍTICA DE ESTADO**

Monografia de graduação apresentada ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-brasileira como requisito parcial para obtenção do título de “bacharel em humanidades”.

Redenção, de maio de 2015

Banca examinadora

Prof. Dr. Carlos Henrique Lopes Pinheiro
(Orientador – UNILAB)

Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado
(Professor adjunto – UNILAB)

Prof. Dr. Carlos Subuhana
(Professor adjunto – UNILAB)

Ao meu avô, José Marcelino, que em vida mesmo sem saber ler e/ou escrever, me ensinou a sempre buscar a educação como propósito de vida. A minha família pelo apoio. Ao meu noivo Jorge, pelo incentivo, amor, carinho e compreensão imprescindíveis a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi uma tarefa fácil. Tive que esbarrar em uma série de dificuldades que muitas vezes me desanimaram, tive que enfrentar desafios difíceis, mas foi preciso aprender a conviver com as dificuldades e seguir em frente. Contudo, o encerramento de mais este ciclo na minha vida, não seria possível sem o apoio e carinho de pessoas que me apoiaram, incentivaram e me motivaram nos momentos em que mais precisei. É chegado o momento de agradecer, afinal o que seria de mim, da vida, ou do meu sonho sem a contribuição destas pessoas.

Agradeço primeiramente a minha família, base dos meus valores, e impulsionadora de meus sonhos, pelo apoio e carinho de sempre. Ao meu avô e pai (*in memoria*), a quem dedico este trabalho, por ser minha fonte inspiradora ao longo de toda esta jornada, pois mesmo sem saber ler ou escrever, lembro de ouvir desde pequena as suas sábias palavras “estudem meus filhos, estudem, pois é a única coisa que eu tenho para lhe dar é os estudos”. A minha avó, por ser meu porto seguro e por se orgulhar de mim nas coisas mais pequenas, isso me impulsiona minha “reinha” a sempre buscar voos mais altos para te orgulhar sempre mais. A minha mãe, por ser meu melhor exemplo de fé e luta. Creio que criar cinco filhos sozinha, não seja tarefa fácil, por isso minha mãe vejo em ti exemplo de mulher guerreira sempre buscando nos ensinar, da sua forma, os melhores valores, e mesmo perante as dificuldades nos ensinou a buscar na educação a alternativa possível de mudar de vida. Aos meus irmãos, os quais devo ressaltar a contribuição de meu irmão mais velho, Marcio, por ser o melhor exemplo de irmão mais velho para qualquer ser humano, sendo o meu espelho de perseverança e paciência.

Agradeço ao amigo de todas as horas, ao companheiro inseparável e futuro esposo, Jorge, pelo seu amor acima de qualquer coisa, pela compreensão e incentivo nas horas que mais precisei, por estar ao meu lado sempre e por acreditar em mim mais do que eu. Agradeço ainda aos amigos que fiz ao longo desta jornada e que pretendo levar por toda a vida, Nildiane, Sandra, Milena, Kauanne, pela amizade e apoio de sempre, e pelos bons momentos que me faziam até esquecer da rotina do dia a dia. As minhas colegas de trabalho e amigas Talita, Lidiane e Silvana por serem minhas maiores incentivadoras e pela compreensão nos momentos que precisei me ausentar. À Angela por sempre me incentivar e me motivar a buscar meus sonhos, pelos empréstimos de livros e do computador, e para além disso por ter se tornado na minha vida uma das pessoas em que me espelho para continuar lutando pelos meus objetivos. À Ana pelo apoio inestimável,

pelas palavras amigas de incentivo, por acreditar em mim e por ser em minha vida um referencial de ser humano. À Mônica pelas cuidadosas observações e correções acerca da normalização do trabalho, e pelo apoio e amizade de sempre. Sua ajuda Mônica, foi fundamental para a concretização deste trabalho. Agradeço ainda, a professora Fátima Portela, Diretora do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab e minha chefe.

Agradeço ainda ao professor Carlos Henrique, meu estimável orientador, por ser parte integrante do processo de desenvolvimento deste trabalho. Sem o senhor, a concretização deste trabalho não seria possível, obrigada pela valiosa orientação!

Aos meus professores de graduação, pela base acadêmica. Ao instituto de humanidade e letras, a coordenação do curso de Bacharelado em Humanidades, e a Unilab, pela assistência prestada ao longo desta jornada. Aos membros constituintes da banca examinadora.

RESUMO

O presente trabalho aborda os motivos que impulsionaram a criação de duas universidades construídas sobre os princípios da cooperação sul-sul, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), bem como as políticas que nortearam a sua implementação, e o papel que cada uma das universidades desempenha no atual cenário político interno e externo. Com o intuito de responder a seguinte indagação: Que papel a educação superior brasileira tem desempenhado para a efetivação da cooperação internacional sul-sul? A pesquisa se direciona ao estudo de caso da implementação da Unila e da Unilab enquanto forma de se responder ao questionamento. A partir da análise documental de documentos oficiais das duas universidades pode-se constatar que embora os princípios de ambas estejam voltados para uma dimensão social, estas também se direcionam para questões políticas e econômicas, considerando os contextos históricos e pontuais que cada uma está inserida. A conclusão do trabalho constata que a educação superior na cooperação sul-sul desempenha o papel de política estratégica proporcionadora de outras vantagens para o Brasil, frente o cenário internacional, como o prestígio internacional, a firmação de acordos políticos e econômicos, e a elevação do “status” do país junto a CPLP e demais países do Sul global.

Palavras-chave: Cooperação sul-sul, educação superior, internacionalização, Unila, Unilab.

ABSTRACT

This paper discusses the reasons that drove the creation of two universities built on the principles of South-South cooperation, the Federal University of Latin American Integration (UNILA) and University of International Integration of Lusophone African-Brazilian (UNILAB) and the policies that guided its implementation, and the role that each of the universities play in the current internal and external political scene. In order to answer the question: What the Brazilian higher education role has played for the effectiveness of South-South international cooperation? The research is directed to the case study of the implementation of Unila and Unilab as a way to answer the question. From the documentary analysis of official documents of the two universities can be seen that although the principles of both are facing a social dimension, they also are directed to political and economic issues, considering the historical and specific contexts that each is located. The completion of the work notes that higher education in South-South cooperation plays the political role of imparting strategy other advantages to Brazil, compared to the international arena, as the international prestige, the affirmation of political and economic agreements, and the elevation of "status" of the country along the CPLP and other countries of the global South.

Keywords: South-South cooperation, higher education, internationalization, Unila, Unilab.

*“Até que os leões inventem as suas
próprias histórias, os caçadores serão sempre os
heróis das narrativas de caça. ”*

Provérbio Africano

*“A sociedade e cada meio social particular
determinam o ideal que a educação realiza”*

Émile Durkheim

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

CID - Cooperação Internacional para o desenvolvimento

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS - Cooperação Norte-Sul

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CSS - Cooperação Sul-Sul

CTPD - Cooperação Técnica entre países em desenvolvimento

CTPD - Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

G77 - Grupo dos 77

GATS - Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB - Lei de Diretrizes da Educação Brasileira

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PEB – Política externa brasileira

PEC-G - Programa Estudante-Convênio de Graduação

PEC-PG - Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação

PNE - Plano Nacional da Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ProUni - Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESU - Secretaria de Educação Superior

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	122
1 O SUL NA FORMAÇÃO DA GEOPOLÍTICA MUNDIAL	166
2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (CID)277
2.1 COOPERAÇÃO SUL-SUL (CSS)	32
2.2 A ATUAÇÃO DO BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL (CSS)	356
2.3 COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO	41
3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	45
3.1 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	467
3.2 OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	556
3.3 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).....	60
3.4 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).....	6364
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

A educação detém uma força transformadora, capaz de modificar os indivíduos e, por conseguinte a sociedade, conforme já enfatizava Paulo Freire. No entanto, a educação no Brasil não se firmou como uma prioridade do Estado, é o que nos demonstra os dados históricos e estatísticos de cada governo, o que ocasionou a exclusão de muitos brasileiros do acesso a instituições de educação formal, como a Universidade.

A universidade para muitos jovens provindos de cidades do interior representava um sonho distante, pois a distância e a falta de recursos financeiros adiava e dificultava a obtenção de uma formação superior. A expansão das Instituições de Ensino superior (Ifes) no Brasil - iniciada no ano de 2003 com a instauração do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – possibilitou a ampliação do número de vagas e de instituições de ensino superior público no Brasil, por meio de processos de redemocratização e da instauração de novos campi no interior do país. Concomitantemente, ao processo de redemocratização e interiorização das Ifes, o governo brasileiro inicia uma fase de regionalização e internacionalização do ensino superior, do qual resultou o surgimento de quatro universidades: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila); e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Ambas pensadas e criadas para atender aos dois véis de prioridades da educação naquele momento, a interiorização e a internacionalização.

A criação da Unila e da Unilab, chama a atenção, em especial, pelo fato de terem sido instaladas em locais estratégicos, estreitamente relacionados com a proposta que almejaram: a Unila, voltada para a integração com os países da América Latina, foi instalada na Fronteira com os países latino-americanos, em Foz do Iguaçu, no Paraná; a Unilab, direcionada para integração com os Países de Língua Oficial Portuguesa, especialmente da África e Ásia, tem como sede a cidade de Redenção no Ceará, que remete a memória e história da libertação da escravatura no Ceará e seu pioneirismo.

A Unila e a Unilab, enquanto instituições de ensino superior, foram responsáveis por transformar os contextos locais de cada cidade sede e seus municípios limítrofes, por meio da geração de oportunidades de acesso, de tais habitantes, a um curso superior. Ocasionalmente mudanças estruturais, de ordem política e econômica, que permitiram a ampliação do comércio no intuito de atender os estudantes estrangeiros e os demais

providos de outras cidades, bem como movimentou a organização estrutural e administrativa de cada cidade. Permitiram um intenso encontro cultural entre indivíduos de contextos sociais e culturais distintos. Assim, como também representaram a fixação de uma nova postura do governo, perante a política externa. Ambas as Universidades, foram, assim, pensadas no intuito de fortalecer e atender as premissas da cooperação sul-sul, ao mesmo tempo que se soma ao processo de regionalização que se integraliza com a criação de diversos campi por todo o território nacional.

Os discursos oficiais do governo, de Lula a Dilma, revelavam o interesse do país em aprofundar a cooperação sul-sul com os países em desenvolvimento. O olhar do país se voltava para a América Latina, seu antigo parceiro nas relações econômicas, e para a África, a matriz da cultura afro-brasileira. Os acordos de cooperação firmados baseados na solidariedade, na troca e ajuda mútua. Assim, o governo brasileiro passou a oferecer ajudas de ordem técnicas e profissional, situação na qual os projetos em educação são ofertados, de modo a expressar a intenção do governo em promover a cooperação internacional nos termos da cooperação sul-sul, em que cada nação contribui de algum modo para o desenvolvimento da outra.

A educação, enquanto projeto de cooperação técnica, tem na Unila e na Unilab, dois projetos estratégicos, uma vez que a cooperação firmada entre os países possibilita que o Brasil ofereça a qualificação técnica necessária para a formação de capital humano, que ao retornarem contribuirão com desenvolvimento de suas nações. As relações internacionais, no entanto, são marcadas pela manifestação de interesses, conforme aponta Carlos Lopes, quem oferece a ajuda, ainda que não revele seus reais interesses, sempre espera receber algo em troca, ou ainda, a dívida gera uma contradívina, conforme aponta Bourdieu ao concordar com Marcel Mauss. Os atos de generosidade guardam, portanto, interesses implícitos de quem doa para quem recebe. A cooperação internacional sul-sul, neste sentido, se situa em uma estrutura de campos simbólicos, os quais desencadeiam relações de poder, que nos termos de Bourdieu, podem ser classificados como a imposição do poder simbólico.

Desta forma, convém analisar quais as dimensões que a Unila e a Unilab, enquanto projetos de internacionalização e integração, almejam frente o sistema político internacional. O presente trabalho, objetiva entender os motivos que impulsionaram a criação da Unila e da Unilab, bem como as políticas que nortearam a sua implementação, objetivando compreender o papel que cada uma das universidades desempenha no atual cenário político interno e externo. O objetivo central, desta pesquisa é, portanto, apontar

qual o papel da educação superior na cooperação internacional sul-sul, tendo como objeto de análise a Unila e a Unilab.

A relevância da abordagem do tema, resulta do papel que a internacionalização da educação superior tem ocupado no contexto da globalização, bem como dos papéis que a Universidade vem desempenhando no tocante as suas dimensões políticas, sociais e econômicas ao longo das décadas, conforme indica Boaventura de Sousa Santos. Neste contexto, sendo a educação superior tomada como um projeto de cooperação internacional sul-sul, convém analisar, a partir das propostas curriculares da Unila e da Unilab, suas atuações enquanto políticas de Estado e que papéis estas assumem nos campos simbólicos do poder e do conhecimento.

Com base no exposto acima, o presente trabalho tem seu desenvolvimento ancorada na técnica da pesquisa documental. Tal pesquisa parte da análise de documentos oficiais da Unila e da Unilab, como suas respectivas leis de criação, seus estatutos e planos de desenvolvimento institucionais. A utilização da técnica deve-se ao fato que, são os documentos oficiais que trazem as informações necessárias para a resolução do questionamento exposto anteriormente, bem como para o atendimento dos objetivos lançados. Conforme aponta Sá-Silva; Almeida; Guindani (2009) ao citar Goldenberg (2002, p.14) “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”. Desta forma, como o trabalho trata-se de um estudo da implementação da Unila e da Unilab, a técnica documental é fundamental para se chegar aos objetivos expostos, pois são no campo das palavras que identificamos os símbolos e simbolismo capazes de expressar certas ideologias. Considerando que, é nos documentos oficiais das duas universidades que se encontram os princípios, objetivos, missão, organização pedagógica, entre outros elementos que estruturam ambas as instituições, é partir da minuciosa análise de cada um, que buscarei identificar o que cada uma das universidades representa para a cooperação internacional sul-sul, bem como qual o seu papel. A revisão conceitual consiste, também, em uma ferramenta indispensável para se chegar ao objetivo proposto, por este motivo busco em diversos autores e teorias as fundamentações que embasam a obtenção dos resultados.

O trabalho está dividido em três capítulos, os quais se interligam sobre o fundamento, que não se pode falar em cooperação sul-sul sem entender o que é o Sul, como ele nasce e como ele se mantém ao longo da história. Tampouco, podemos compreender o que é a cooperação sul-sul sem compreender os elementos que a antecederam, para isto se faz necessário a retomada do conceito maior, ao qual ela está

ligada, a cooperação internacional. Sendo a Unila e a Unilab projetos de cooperação sul-sul fundadas sobre os princípios da internacionalização do ensino, a criação das universidades pressupõe o entendimento do contexto da educação superior no Brasil, sob uma perspectiva passada, presente e futura.

O primeiro capítulo, intitulado “O Sul global” busca conceituar o que seria o Sul, e mostrar como o conceito se estabelece no contexto das relações internacionais, assim como demonstrar de que forma a lógica da inferioridade do Sul persistiu ao longo da história da humanidade como forma de afirmar a superioridade do Norte global.

O segundo capítulo destina-se a retomada de conceitos teóricos e históricos acerca da cooperação internacional, os contextos históricos e políticos na qual nasce e se perpetua, bem como os princípios que a norteiam. Tendo ainda como foco conceituar a cooperação sul-sul, apontando os princípios que a rege e os sujeitos a quem se destina. Neste capítulo também busca-se entender a cooperação em educação, a fim de se apontar os parâmetros sobre os quais se fundamenta.

O terceiro capítulo é destinado a educação superior, com o intuito de se compreender o contexto histórico e político sob os quais a educação se direciona na sociedade brasileira, buscando assim a retomada dos elementos que precedem e que influíram na internacionalização do ensino superior. Finalizando com a apresentação dos resultados obtidos a partir dos dados coletados acerca da Unila e da Unilab.

1 O SUL NA FORMAÇÃO DA GEOPOLÍTICA MUNDIAL

O poder no sistema político mundial foi ao longo da história o elemento instigador da geração de conflitos. Assim sendo, a conquista e a manutenção da supremacia do poder requerem a adoção de formas de apropriação e dominação sobre os subalternos. A organização política mundial é, desta forma, marcada por relações de dominação e subalternidade, o que pressupõe a existência de desigualdades econômicas, políticas ou sociais. Da época dos grandes impérios à civilização moderna verifica-se um sistema político mundial constituído pela exaltação e afirmação de dadas nações, ao passo que outras nações se mantiveram passíveis aos modos de dominação impostos pelas relações de poder.

A colonização e o capitalismo expressam a hegemonia do poder supremo. São forças legítimas da apropriação e da dominação requerida no processo de conquista. Conquistar, no processo de colonização, para além da tomada de terras e recursos requer a negação da existência do outro enquanto ser humano, em prol da afirmação de uma unidade suprema e central. Acumular capital financeiro, para além da multiplicação de status e de bens, implica a exploração da mão de obra trabalhadora, a apropriação de vidas e mentes, a reconfiguração de toda uma sociedade que no sistema capitalista precisa trabalhar para consumir, e consumir para manter a lógica do sistema. O poder, no sistema político mundial, requer manipular para estabelecer, apropriar para dominar, diminuir o outro para exaltar a si próprio. Ou ainda, explorar para ganhar, reproduzir para manter. E não importa qual soberano seja uma unidade de poder, sempre haverá maneiras justificáveis de se expandi-lo. Na sociedade colonialista, tampouco importava os sujeitos, o objetivo sempre foi a conquista, seja pelos meios mais perversos ou formas de dominação ideológicas. Assim sendo, não importa quão soberano seja o poder, sempre haverá formas expansivas de sua soberania, pois para aquele que detém o poder, não existem limites.

Todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos, propondo-se em última instância a conquista de um poder cada vez mais global, até onde alcancem os seus recursos e suas possibilidades e, independente de quem os controle, em distintos momentos de sua própria expansão. (FIORI, 2009, p.162)

A expansão do poder acarreta a construção de disparidades sociais, econômicas, políticas. Nas relações internacionais verifica-se a construção de tais desigualdades com a ascensão dos países desenvolvidos. O desenvolvimento estabelece níveis hierárquicos que coloca países desenvolvidos e subdesenvolvidos em patamares distintos. No topo desta hierarquia mundial estão os países que experimentaram o progresso e o desenvolvimento proporcionados pelo capital, e se estabeleceram como modelo ideal de mundo. No nível mais baixo, localizam-se os países menos desenvolvidos e suas mazelas sociais, juntamente com sua economia pouco produtiva, bem como uma sociedade pouco desenvolvida. Assim, se construiu uma relação que distinguia superiores e inferiores, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para além das questões políticas, o capitalismo construiu uma lógica em que os que detêm o poder e o dominam colocam os seus dominados em uma situação de subalternidade, assim a afirmação de um requer a negação do outro.

O mundo, nesta perspectiva, estaria dividido em duas linhas paralelas. De um lado os países que atingiram um nível de desenvolvimento satisfatório, e de outro os países que não experimentaram o mesmo progresso. De um lado os dominadores, de outro os dominados. De um lado o conhecimento dito como universal, a ciência, e de outro os “outros saberes”, negados por serem desprovidos de comprovação científica e fundamentação teórica. De um lado o poder, de outro os subalternos. Esta divisão de mundo, fundamentada pela lógica colonialista e capitalista, contribuiu, segundo Santos (2010), para a hegemonia do pensamento moderno que alimenta um sistema de exclusão, dividindo o mundo entre Ocidente e Oriente, Norte e Sul, constituindo assim, segundo o mesmo autor, as linhas do pensamento abissal.

O pensamento abissal, como define Santos (2010, p. 32), “consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis”. As distinções invisíveis dizem respeito às disparidades que não conseguimos enxergar no seio das sociedades, mas elas existem e caracterizam-se por definir linhas imaginárias que dividem a realidade social em dois universos distintos: O universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. O universo “deste lado da linha”, consiste em um universo caracterizado pelo domínio do poder, é um universo sem limites, seja na sua expansão, seja nos meios de se afirmar sua soberania. Do “outro lado da linha” se mantêm os oprimidos por um sistema que favorece os que detêm o poder. Nesta perspectiva, os que dominam e os dominados, os oprimidos e os opressores, não podem dividir o mesmo espaço político, estando estes em lados opostos.

A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que se esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialéctica (sig). (SANTOS, 2010, p. 32).

A reprodução colonialista e capitalista de mundo estabelece as linhas abissais. O mundo passa a obedecer a uma divisão, conforme o grau de desenvolvimento de cada nação, estando os países desenvolvidos de um lado e subdesenvolvidos de outro, em uma relação de dominação econômica, política e ideológica. Nesta perspectiva nascem os conceitos de Norte e Sul, que para além das divisões geográficas consistem em uma divisão de mundo que coloca os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos em lados opostos. No Norte localizam-se os países que ao longo do tempo buscaram o monopólio do poder econômico, social, territorial e político. Tal conquista do poder provém de um modo de produção colonial e capitalista que - apesar das grandes inovações técnicas, científicas, industriais e tecnológicas - caracterizam-se por estabelecer uma divisão de mundo marcada pelas disparidades de poder.

O capitalismo é o divisor de águas, o desenvolvimento proporcionado por ele, é antes uma forma de estabelecer políticas hierárquicas no sistema mundial. A afirmação do Norte, como topo da estrutura hierárquica, tem por consequência a negação do Sul e de suas formas de conhecimento, bem como de sua maneira de organizar-se politicamente, de sua ordem econômica e civil e de sua estrutura enquanto sociedade. Visto que, o Norte é o símbolo do progresso e desenvolvimento, caberia ao Sul, adotá-lo como parâmetro para sua ascensão, conforme apontam Ullrich e Carrion (2013, p. 69): “se o “Norte” cabia definir o que era o “progresso”, como promover o desenvolvimento e apontar os recursos financeiros para tal, caberia àqueles [o sul] organizar e promover a produção em moldes capitalistas.”

O Norte é o centro do mundo para onde todos os olhares estão e estiveram voltados, é o protagonista dos grandes avanços da civilização mundial, o supremo nas questões econômicas, políticas, sociais, civis. Os países que os rodeiam são chamados por “periferias”, que seguindo a mesma lógica de projeção política criam as suas “semiperiferias”, como forma de divisão dos níveis de desenvolvimento. Periferias e semiperiferias constituem o chamado Sul global.

[...] o Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções como, por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento económico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). (SANTOS, 2010, p. 19).

O Sul é concebido como a união dos países que se encontram do lado da linha dos menos favorecidos pelos sistemas capitalistas, colonialistas e imperiais. Reflete as mazelas de um sistema mundial amparado pelo capital, o qual move o sentimento de busca pelo poder, promovendo conflitos políticos e armados e criando desigualdades. O Sul é representado pelos países que foram submetidos a situações desiguais, reflete a inferioridade de uma parte do planeta diante dos grandes detentores do capital financeiro, das inovações científicas e de voz política diante das relações internacionais.

O Sul é, portanto, um conjunto de desafios epistêmicos atravessados por um grupo de países que estão ou estiveram em uma situação inferior em relação aos países do Norte. Segundo Santos (2010) o Sul existe porque existe um Norte, que se impõe como centro do desenvolvimento e do progresso, e faz do Sul uma ponte para se conquistar objetivos. Para além de uma relação de dominação econômica e política, temos a dominação ideológica como forma de afirmação da superioridade do Norte sobre o Sul, conforme enfatizam Ullrich e Carrion (2013, p. 66): “o exercício da dominação exercida pelos países centrais sobre os periféricos não se limita ao campo econômico estendendo-se para o social, o cultural, o étnico, via a difusão da ideologia colonialista. ”. A dominação Norte-Sul por muitas das vezes se deu pela apropriação do outro e do que o pertence, seja pelo uso de forças ideológicas ou da violência.

A história das relações internacionais demonstra que a ascensão dos países desenvolvidos depende da exploração dos menos desenvolvidos. O centro vai buscar na periferia os recursos necessários para sua ascensão, para isto se utiliza de recursos lícitos e ilícitos, pois a definição de legalidade passa pela conceituação do Norte, que manipula conceitos e estipula novas regras de civilidade que possam se voltar a seu favor. As relações Norte-Sul são caracterizadas pelo uso de métodos fora dos padrões morais e

éticos, mas que se tornam legítimos a partir do momento que são utilizados pelo superior da estrutura hierárquica mundial, como o que ocorreu no processo de colonização.

O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Juntas, estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social. (SANTOS, 2010, p. 38).

A colonização constituiu uma forma de dominação baseada na dominação ideológica, que no uso de um discurso desenvolvimentista pregava uma evolução social para as terras recém descobertas e seus habitantes que ali residiam, tendo como base o modelo de sociedade e civilização europeia, visto a sua superioridade frente aquele povo. Os colonizados eram obrigados a seguir os padrões europeus, pois a lógica colonial se estabelece sob a tese da inferioridade do colonizado diante da civilização europeia, motivo pelo qual estes deveriam procurar se equiparar aquela sociedade e moldar-se de acordo com o modelo imposto pelo seu colonizador. Assim, valores, culturas, etnias, religiões eram negadas como forma de dominação do colonizador sobre seu colonizado. Seguindo a lógica do pensamento abissal, proposta por Santos (2010), temos que o colonizador europeu na busca por expansão de seu poder, e de afirmar sua superioridade diante dos seus colonizados e sua forma de ser, saber e organização social, impõe para além da dominação ideológica uma dominação baseada no uso de violência. Sendo esta, legitimada como forma de fazer com que selvagens se curvassem aos seus colonizadores e se moldassem aos seus princípios de civilização. Conforme Santos (2010), apropriação e violência constituem duas vertentes que se interligam no processo de dominação dos "superiores" sobre seus subalternos:

A apropriação e a violência tomam diferentes formas na linha abissal jurídica e na linha abissal epistemológica. Mas, em geral, a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana. Na prática, é profunda a interligação entre a apropriação e a violência. (SANTOS, 2010, p. 37-38)

A superioridade do europeu, autodeterminada por eles próprios, o deu o direito de apropriar-se de terras, bens e das próprias vidas de seus colonizados. No entanto, a

exploração das novas terras só traria progresso para o próprio colonizador, o colonizado representaria uma forma de ascensão do poder territorial, econômico e político de seu dominador.

Seres humanos foram explorados, dominados, escravizados. Suas culturas foram aniquiladas, enquanto o colonizador impunha a sua. Seus modos, costumes, religião tiveram de ser abandonados para que pudessem vigorar os da civilização europeia. A negação do outro se deu de forma extrema, e para legitimar tais atos de degradação do ser humano, os colonizados eram tidos como seres selvagens, sem alma. Sua humanidade chegou a ser confrontada, tudo em prol de justificar a colonização e sua forma brutal de tratar seres humanos como seres indiferentes a raça humana, motivo pelo qual se justificaria a escravidão e os castigos impostos a homens, crianças e mulheres. Tudo que fosse estranho aos padrões europeus era descartado, pois o mundo europeu revelava uma visão unilateral que se negava aceitar crenças, culturas, religiões que não fossem embasados pela ciência, e justificados por uma técnica, esta negação se estendia aos seres humanos percussores de tais práticas, que não se assemelhavam ou adotavam os mesmos comportamentos dos nobres cidadãos europeus.

[...] a zona colonial é, par excellence, o universo das crenças e dos comportamentos incompreensíveis que de forma alguma podem considerar-se conhecimento, estando, por isso, para além do verdadeiro e do falso. O outro lado da linha alberga apenas práticas incompreensíveis, mágicas ou idolátricas. A completa estranheza de tais práticas conduziu à própria negação da natureza humana dos seus agentes. (SANTOS, 2010, p. 37)

Nesta perspectiva, o colonizador se impõe como possuidor do direito sob o outro, sob suas vidas, suas terras, sua sociedade. Ao colonizado é retirada a condição de ser humano, passando a representar uma figura sub-humana vulnerável as formas de dominação de seu colonizador. Negar o outro, consiste em uma estratégia de afirmação de si enquanto sujeito único e universal.

O processo de afirmação da Europa como centro culminou na sua edificação como grande império colonial, ao passo que se instituíram colônias e se dominaram terras, bem como seres humanos e suas formas de saber e cultura.

A ciência se difunde como saber universal, subjugando outras formas de saber, como a Teologia e a filosofia, que já eram cultivadas por aqueles povos recém-colonizados. Diante de tal lógica, a dominação epistemológica constitui uma forma de negar os saberes locais e de afirmar a ciência como um conhecimento universal, uma

forma de supressão da cultura e das formas de saber dos povos colonizados. Assim, o colonialismo constituiu também uma forma de dominação epistêmica, que na lógica capitalista torna quem detém o conhecimento com base na ciência superior aos demais, como afirma Santos (2010):

[...] o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas. (p.19).

A ciência se torna uma forma de legitimação do poder, visto que, quem a detinha mantinha o monopólio do poder. Com a eclosão da revolução industrial a ciência passa a estar a serviço da evolução do sistema capitalista, uma vez que, passa a ser uma ferramenta do aprimoramento de técnicas com vista ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. A detenção do poder, na era do capital, pressupõe a detenção da ciência e dos modos de produção capitalista. Desta forma poder e saber se relacionam de modo a determinar a supremacia global, conforme afirma Santos (2008 apud ULLCH; CARRION, 2012, p. 14-15):

A predominância deste conhecimento oriundo do ocidente e de países centrais é reforçada pelos pressupostos da reorganização global da economia capitalista, que se assenta, entre outros fatores, na produção contínua e persistente de uma diferença epistemológica que não reconhece a existência, em pé de igualdade, de outros saberes, do que resulta uma hierarquia epistemológica geradora de marginalizações, silenciamentos ou exclusões de outros conhecimentos. Ou seja, o conhecimento científico não está distribuído socialmente de forma equitativa, e são privilegiados os grupos sociais que detém o acesso ao conhecimento científico, marginalizando-se os demais tipos de conhecimento.

A detenção do monopólio do poder requer a negação de quaisquer outras formas de conhecimento, que não sejam as instituídas pela corrente dominadora, constituindo antes, processos de exclusão social, moral, política, que se justificam em nome de uma soberania, e que determinam a divisão de mundo. Ocidente e Oriente, Centros e Periferias, Desenvolvidos e Subdesenvolvidos, Norte e Sul. O mundo sempre esteve definido sobre a lógica das linhas abissais. O poder hegemônico pressupõe a exclusão dos sistemas políticos e econômicos que não seguem os padrões instituídos por ele próprio.

A ideia de modernidade e de progresso, advindas da revolução industrial e seu modo de produção capitalista, fez da Europa o centro do universo por muitas décadas, ao passo que se estabeleceram novos ideais de mundo e civilização; O fim da era colonial não seria o fim das desigualdades impostas, pois como já foi colocado aqui, a busca pelo poder gera pressões competitivas. Assim sendo, a afirmação do poderio de uma dada nação requer a imposição deste poder sobre as outras nações, sejam por meio de pressões econômicas e/ou políticas, seja pelo uso da força armada.

As guerras são em última instância uma forma legítima de defesa, expansão ou afirmação do poder de uma dada nação. As guerras mundiais observadas ao longo da história, acabaram por definir uma nova geopolítica mundial, no entanto, reproduzindo ainda as desigualdades mundiais sob outras perspectivas, que no mais, não deixaram de obedecer a lógica excludente Norte-Sul.

A Segunda Guerra Mundial caracterizou o início de uma nova estrutura mundial, em que a Europa perde sua hegemonia, seu fim simbolizou o surgimento de um novo panorama político internacional. O surgimento de duas novas potências, EUA e URSS, constitui a construção de uma nova dinâmica política, em que os EUA e sua corrente capitalista, impõe uma nova concepção de mundo, amparadas pelo acúmulo de poder e capital. Ullrich e Carrion (2013 apud BARBANTI JUNIOR, 2005) apontam que após a Segunda Guerra Mundial, a dinâmica da cooperação Norte-Sul será banalizada pelo discurso de posse do presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman. Diante de tal banalização, o Ocidente, agora de maneira explícita, estabelece suas linhas abissais reafirmando uma divisão de mundo iniciada a séculos, mas que se tornam banais após o discurso do presidente Harry S. Truman, como citado acima. Ullrich e Carrion (2013) prosseguem enfatizando que:

De caráter profundamente dualista, o referido discurso dividiria o mundo entre, de um lado, os países autotransformados desenvolvidos e, de outro, os por ele classificados de subdesenvolvidos, cabendo aos países do Norte, ricos e desenvolvidos, levar aos países do Sul, pobres e subdesenvolvidos, as maravilhas do avanço científico e do progresso técnico e industrial, por eles conquistados. (ULLRICH; CARRION, 2013, p. 68).

A afirmação do capital, com o fim da Segunda Guerra, acentuaria as desigualdades entre as nações, visto que fica evidente que o acúmulo de capital é o que determinaria o poder hegemônico de uma dada nação. No entanto, os EUA não foram a única potência que emergiu com o fim da guerra. A URSS e seu ideal socialista, também ascendeu como

grande potência, dividindo juntamente com o Estado americano o topo da hierarquia mundial. Assim sendo, o fim da guerra, embora estivesse definindo uma nova geopolítica não definira um único poder supremo, o que viria a desencadear um novo conflito, a Guerra Fria.

A Guerra Fria consistiu em uma batalha pelo poder. Sem armas, cada potência apoderava de suas armas ideológicas com o intuito de persuadir os outros países do mundo a se posicionar em um dos lados, socialista ou capitalista. A Guerra Fria simbolizou uma luta por aliados políticos, o poder estava em questão. Ao final do conflito, os EUA que emergem no topo da pirâmide mundial, fortalecendo o sistema capitalista e se tornando um paradigma universal e parâmetro para as demais nações. Com a ascensão do capitalismo americano a lógica de divisão de mundo se fortalece. De um lado as nações desenvolvidas, de outro as subdesenvolvidas. De um lado a ciência, de outro os outros saberes.

A organização política mundial está constantemente em transformação, visto que à medida que as sociedades se desenvolvem os interesses políticos e/ou econômicos também se modificam. As formas de se lutar e conquistar o poder são adaptadas, pois a própria definição de poder é conceituada de formas diferentes diante de cada momento histórico da sociedade. Houve tempos em que a apropriação de terras e de mentes humanas se fazia como o meio mais eficaz para a conquista do poder, já que os que se julgavam detentores do poder (europeus) se autodeterminavam como superiores diante da cultura inferiorizada (negra e indígena).

A colonização foi um momento de grande exploração de uma região desenvolvida sobre territórios que se encontravam em um nível de desenvolvimento inferior. Contudo, a independência e a descolonização não excluíram a lógica de dominação e apropriação daquele que se julga superior sobre o outro. Conforme afirmam Ullrich e Carrion (2013, p. 75) “Embora as “administrações coloniais” tenham sido quase todas erradicadas, e grande parte da periferia tenha se organizado politicamente em Estados independentes, os povos não europeus continuam a viver sob a exploração e dominação europeia/euro-americana”. O fato é que a eclosão da revolução industrial e a posterior instituição da ciência como saber universal, bem como a ascensão do capitalismo e seu fortalecimento com o fim da Segunda Guerra mundial, foram antes meios de reprodução da lógica dominadora e excludente que persistiu ao longo da história da humanidade. A afirmação do Norte requer a negação do Sul, como mecanismo para sua afirmação.

O declínio da sociedade feudal implicou o surgimento de uma nova força econômica ancorada na acumulação do capital financeiro. O advento da sociedade industrial resultou no surgimento de desigualdades econômicas e políticas gigantescas entre as nações, bem como ocasionou a divisão da sociedade em classes sociais. Com isto, os países detentores de maior capital financeiro, recursos e ferramentas industriais, passaram a ser conceituados como símbolo do progresso. Os países desprovidos de tais características, contudo, se mantiveram em um patamar inferior, o que ocasionou a divisão política do mundo em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, estipulando uma hierarquia mundial, na qual a divisão política de mundo se conceituaria em Primeiros, Segundos, e Terceiros mundos. O conhecimento, a ciência, passou a ser uma ferramenta de aprimoramento da indústria, o que permitiu que a ciência contribuísse para o fortalecimento das desigualdades mundiais.

As guerras e os conflitos armados são, em última instância, uma forma de se garantir a supremacia de uma nação, ou conjunto de nações, diante do cenário político mundial, e podem ocorrer em qualquer estágio evolutivo da sociedade. Contudo, o poder, para além do uso da violência, necessita do uso de outros elementos de coerção social e de dominação simbólica para existir, que são inerentes a posição que cada nação ocupa. Tomando como base os estudos de Pierre Bourdieu, podemos dizer que a relação Norte-Sul é determinada pela imposição de um “poder simbólico”, o qual os indivíduos ainda que invisivelmente estão submetidos e cooperam para que esta imposição ocorra. Desta forma, a manutenção do sistema político mundial, bem como a supremacia do Norte Global é definido pela imposição de um poder simbólico, que embora não se manifeste nas relações de força é usada para reafirmar a supremacia hegemônica do Norte, ao passo que legitima a subalternidade do Sul.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformadora, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico, e em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante a verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (BOURDIEU, 2012a, p.15)

Do colonialismo ao capitalismo - as relações de poder, de opressão, de exclusão - acabaram por definir o Norte e determinar o Sul Global, que para além da geografia, pode ser definido como resultante de uma geopolítica, marcada pelos conflitos em torno do poder. O Sul nasce como decorrente das disparidades do poder no seio da geopolítica mundial, bem como da imposição de elementos simbólicos que garantem que os países do Sul continuem dominados, ao mesmo tempo em que a supremacia do Norte é afirmada. O Sul existe, portanto, porque existe um Norte, capaz de o oprimir e o manter em um estado de subalternidade, graças aos elementos inerentes ao poder simbólico que se utilizam de diversas estratégias com vista a manter o poder supremo.

2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO (CID)

Segundo Ullrich e Carrion (2012) durante muito tempo, o conceito de desenvolvimento esteve atrelado à concepção *darwiniana* de evolução ou à ideia de progresso. Até a Segunda Guerra Mundial cabia aos países colonizadores promover o desenvolvimento das colônias, sendo que era atribuído aos colonizadores o direito de decidir sobre o futuro de suas colônias, assim sendo, a ideia de desenvolvimento fazia relação com o crescimento econômico das colônias, ao passo que, outras variáveis como o social, político, cultural, ambiental, étnico e moral são excluídos da percepção de desenvolvimento.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial começa o processo de descolonização e emerge a problemática do subdesenvolvimento, iniciando-se a Cooperação para o Desenvolvimento entre Estados. Para Afonso e Fernandes (2005) duas questões principais dominaram o período pós-Segunda Guerra Mundial: evitar outra guerra (segurança militar), evitar outra depressão econômica global e assegurar um bem-estar econômico e social universal (segurança econômica e social). No entanto, com o início da Guerra Fria os ideais que norteavam a CID foram reformulados, pois este conflito visava a afirmação do poder universal de uma das duas potências que emergiram com o fim da Segunda Guerra Mundial, EUA e URSS, do que propriamente um gesto de ajuda aos Estados afetados pela guerra. A ajuda, fornecida pelo EUA, passa a ter o propósito de impedir que as nações em desenvolvimento passassem para o outro lado socialista.

Lopes (1997) descreve o Plano Marshall, programa de cooperação internacional elaborado após a guerra, tinha como objetivo: Ajudar a reconstrução de uma Europa que deve resistir ao comunismo; demonstrar a generosidade instintiva do povo americano; renovar sociedades modernas, altamente produtivas, com recursos humanos bem qualificados, temporariamente danificados pela guerra; posicionar os Estados Unidos como líder incontestável da economia mundial. Para a concretização do Plano Marshall, os países beneficiários fundaram, em 1948, a Organização Europeia de Cooperação Econômica, a qual viria, em 1961, a dar origem à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. Nesse mesmo ano é criado o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (AFONSO; FERNANDES, 2005).

Em apenas cinco anos (1948-1952) o Plano contribuiu para a recuperação econômica, política e social da Europa Ocidental, e solidificou a crença quanto à eficácia da cooperação para fomentar o desenvolvimento, entendido como sinônimo de crescimento econômico e de industrialização em qualquer lugar do mundo (SÁNCHEZ, 2002 apud ULLRICH; CARRION, 2012 p. 9).

O Plano Marshall a princípio não visava o desenvolvimento do mundo não industrializado, seu objetivo era a reconstrução da Europa degradada pela guerra. No entanto, com a descolonização e independência de países submetidos a colonização, o programa passou a redirecionar seu foco. Segundo Santos Filho (2005 apud Ullrich; Carrion, 2012, p. 9) o ponto central era criar mecanismos para a modernização dos Estados apontados como “subdesenvolvidos”, bem como políticas de incremento ao respeito aos direitos humanos, à economia de mercado e à democracia liberal, conforme o modelo ocidental.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, embora tivesse como objetivo principal a manutenção da paz representou uma importante iniciativa de Cooperação para o Desenvolvimento ao começar a assumir responsabilidades numa vasta gama de domínios: econômico, social, cultural e humanitário e a debruçar-se sobre o problema das regiões subdesenvolvidas (AFONSO; FERNANDES, 2005). A ONU desde então passou a agir em prol do desenvolvimento econômico, social e humanístico das nações em desenvolvimento. No entanto, esta primeira fase da CID foi impulsionada por discursos desenvolvimentistas que lhe davam o sentido de progresso, confiando no investimento de capital como motor para promover o crescimento econômico, tanto de quem recebe a ajuda, quanto de quem fornece (ULLRICH; CARRION, 2012).

Assim a busca pela supremacia do capitalismo e dos EUA como potência global marcou as primeiras tentativas de CID. Os países recebiam ajuda, no entanto deveriam seguir o modelo de civilização ocidental e seus preceitos capitalistas. O que determinava uma sociedade desenvolvida ou não, era o acúmulo de capital financeiro, estando, a ideia de desenvolvimento atrelada a lógica do capital, sendo este o motor do crescimento econômico das sociedades e conseqüentemente o responsável por seu desenvolvimento. A noção de CID, segundo Cervo (1994, p. 43) que “prevalecia no sistema internacional até a década de sessenta supunha a existência de partes desiguais: um doador, fonte principal dos recursos e fonte exclusiva do conhecimento técnico, e um recipiendário passivo desses recursos e técnicas. ”

É o período de ascensão e domínio da escola e das teorias da modernização (dominantes durante os anos 50, 60 e até parte dos 70) as quais explicam o desenvolvimento como a transição entre dois modelos ou tipos ideais - da sociedade tradicional para a sociedade moderna ou industrial. (AFONSO; FERNANDES, 2005, p. 25).

O segundo estágio da CID, iniciado na década de 70, veio para confrontar o até então modelo de cooperação que se propagava de forma vertical favorecendo os países desenvolvidos e colocando os países subdesenvolvidos em uma posição de inferioridade. Esta nova fase da CID é caracterizada pela discussão em torno da teoria da dependência, segunda a qual assegurava que a causa do subdesenvolvimento das regiões periféricas (Sul) era fruto das relações que estes mantinham com os centros desenvolvidos (Norte), acentuadas na exploração do Norte sobre o Sul. A doutrina da Ajuda move-se, ainda no quadro político global de combate ao comunismo, para a redução da pobreza com a tônica na agricultura e nos setores sociais, como a educação e a saúde (AFONSO; FERNANDES, 2005).

A CID, no final da década de 70, destinou ajuda os países subdesenvolvidos com o intuito de amenizar a pobreza que afetara estes países. No entanto, quase simultaneamente ao problema da pobreza surge uma crise econômica mudando radicalmente os focos da cooperação. Um série de fatores, entre os quais se destacam os problemas nas balanças de pagamento, agravamento da dívida externa, subida na taxa de juros, e a recessão dos doadores já no início da década de 80, direciona o foco da CID para as questões macroeconômicas a fim de estabilizar a economia mundial. A luta contra a pobreza e o desenvolvimento rural são postos de lado e a estabilidade macroeconômica dos países em desenvolvimento torna-se o principal objetivo da CID.

Ao final dos anos 80, com a erosão do bloco soviético e o fim da Guerra Fria, os pressupostos neoclássicos do desenvolvimento entram em crise ante o crescente aumento dos problemas sociais e ambientais, ignorados por uma escola econômica que os classificava como externalidades a serem incorporadas pelo mercado. (BARBANTINE JUNIOR, 2005 apud ULLRICH; CARRION, 2012, p. 11).

O fim da Guerra Fria, como já citado neste trabalho, configurou a estruturação de uma nova geopolítica global, contudo esta nova estrutura viria influenciar o foco da CID. A queda da URSS fez com que os países da Europa do Leste e a extinta URSS passassem da condição de doador para posição de receptor de ajuda. Com isto, tem-se nos anos 90 um programa de CID, embora ainda marcada pela busca por estabilidade e

ajustamentos econômicos, voltado para questões políticas, visto que o fim da Guerra Fria agravaria as mazelas e conflitos sociais. Assim conforme Afonso e Fernandes (2005) o contexto político, econômico e social da época fez surgir novas formas de ajuda.

O aumento da instabilidade e das catástrofes de origem humana faz despontar a Ajuda humanitária e de emergência e surgir novas áreas para a cooperação: a prevenção de conflitos, a diplomacia preventiva, a reabilitação pós-conflito e as operações de manutenção da paz são disso prova. (AFONSO; FERNANDES, 2005, p. 32).

Diante de um novo panorama de mundo, e considerando que a organização civil passa a atuar na CID na década de 90, procurou-se sobretudo propor um modelo de cooperação, para Ullrich e Carrion (2012, p.11) afirmam em que “doadores e receptores trabalhassem em conjunto, substituindo a tradicional relação de dominação vertical por uma relação de colaboração, em que ambos estivessem comprometidos com os resultados”. O século XXI marca o início de um estágio de cooperação centrado na busca pelo bem comum das nações, visando a erradicação da pobreza, bem como a resolução de conflitos culturais e de problemas econômicos, sociais, ambientais, bem como a busca pela incorporação da lógica da gestão do privado ao setor público, buscando assim uma nova concepção sobre governança global. Conforme corroboram Afonso e Fernandes (2005):

As políticas macroeconômicas globais são importantes, mas as intervenções específicas para ajudar os pobres a beneficiar do crescimento e das políticas globais não são negligenciadas. As questões do gênero são realçadas, bem como as ambientais e seus efeitos sobre as populações mais pobres. O papel das instituições, nacionais e globais, na determinação dos resultados das políticas, é considerado um aspecto central. Um factor que é mais realçado que nunca é a interdependência global e a necessidade de uma gestão mais forte dos impactos internacionais, sejam eles doenças infecciosas, guerra civil ou contágio financeiro. (AFONSO; FERNANDES, 2005, p.37).

Para Ullrich e Carrion (2012), embora, as políticas da CID tenham adquirido novo foco e proposto um maior comprometimento com a erradicação da pobreza e as mazelas sociais que afetara os países em desenvolvimento, é necessário destacar que por trás dos discursos de promoção do desenvolvimento e segurança, a cooperação internacional esteve sempre atrelada a interesses políticos, comerciais e de investimento dos países centrais. Os interesses políticos e o comércio são os definidores das ações da CID neste

século, sendo que a ajuda fornecida requer uma troca, a nação ajudada deve retribuir, ainda que involuntariamente a ajuda recebida. Os autores afirmam: “As razões são, direta ou indiretamente, condicionadas pela intencionalidade econômica. ” (ULLRICH; CARRION, 2012, p. 11)

Décadas se passaram e a lógica de dominação na cooperação Norte-Sul, continuam a vigorar nos dias atuais. O Norte sobpõe ao Sul uma ajuda condicionada aos interesses políticos e econômicos do próprio Norte, assim sendo trata-se de uma relação de exploração, visto que todos os programas de cooperação implantados ao longo da história não deram conta de amenizar os efeitos do subdesenvolvimento nas nações afetadas. “Quando cooperam, os Estados são racionais, oportunistas e estratégicos a fim de melhorarem a sua própria condição; agir de modo diferente seria não apenas ingênuo, mas perigoso para sua sobrevivência e bem-estar” (NELSON, 1968 apud MILANI, 2012, p.219).

O país doador submete as nações ajudadas a ação do poder simbólico, uma vez que, tal prática nasce com o intuito de estabelecer o Norte global como parâmetro para o desenvolvimento dos países do Sul, conforme aponta Carlos Lopes.

“Quando a ideia de desenvolvimento” se estabeleceu na metade do século passado, parecia que tudo o que os países pobres tinham de fazer era emular os países ricos, seguindo em linhas gerais o mesmo caminho de desenvolvimento em direção a um destino parecido. (LOPES, 2005, p. 73)

Neste modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento implementada, a ajuda se apresenta antes como um modelo de afirmação da supremacia do Norte global, descartando a realidade local da nação ajudada. Contudo, tal modelo foi redefinido com o intuito de atender a um sistema político e econômico devastado pela guerra, e mais tarde se reformulou para suprir as necessidades da sociedade do conhecimento no mundo globalizado. Com o surgimento desta nova configuração de mundo, marcada pelo surgimento das novas tecnologias, e do uso maciço destas, as nações mais pobres, ou subdesenvolvidas, tinham na cooperação para o desenvolvimento um meio de inclusão ao mundo moderno. No entanto, a ajuda fornecida se baseava antes na imposição de modelos pré-definidos pelo Norte, bem como na imposição política e econômica no interior de cada nação, retratada na ação de empresas estrangeiras nestes Estados-nação, o que implica um distanciamento das prioridades locais e de seu desenvolvimento institucional. A ajuda para o desenvolvimento, era antes, um modo de imposição de poder

de quem coopera sob o cooperado. Segundo Carlos Lopes (2005), quem determina em que áreas serão aplicados os recursos financeiros ou desenvolvidos os projetos é o próprio país doador, a nação receptora da ajuda, cabe aceitar, numa relação de interdependência.

Desta forma, tal modelo de cooperação se revelava como um mecanismo de apropriação e dominação Norte-Sul. Em oposição ao modelo de Cooperação Norte-Sul (CNS), surge ainda na década de 70, a Cooperação Sul-Sul como forma de manifestar a insatisfação de uma parte do planeta (o Sul) frente às condições de desigualdades que a CNS impusera aos países periféricos.

A cooperação sul-sul, na nova conjuntura mundial, surge como um modelo alternativo de cooperação internacional, voltada antes para o desenvolvimento político, econômico, tecnológico e social dos países do Sul, sua base é redefinida sobre os pilares da solidariedade, da igualdade, da interdisciplinaridade e da interculturalidade.

2.1 COOPERAÇÃO SUL-SUL (CSS)

Cooperação Sul-Sul (CSS) compreende uma política externa que envolve como executores os países em desenvolvimento. Estas nações, antes receptoras da ajuda, passam ao papel de doadores, em uma troca mútua de técnicas e conhecimento. O foco da CSS é o desenvolvimento do Terceiro Mundo, para tanto são adotadas políticas de cooperação multilaterais e bilaterais além de elaboração e financiamento de projetos em áreas de saúde, educação, agricultura, indústria, infraestrutura, entre outros, bem como o desenvolvimento tecnológico e científico destas nações. A cooperação sul-sul se fundamenta na prática da cooperação solidária, que consiste no “dar” sem esperar nada em “troca”, o que simboliza a consolidação de uma nova política, desvinculada das correntes hegemônicas e da exploração capitalista.

A CSS caracteriza um tipo de cooperação horizontal, em oposição verticalidade da CNS, para Kerch e Schneider (2013, p. 7): “marcada por relações assimétricas e pela transferência unilateral de conhecimento”, a horizontalidade da CSS propõe o desenvolvimento igualitário das nações envolvidas, além da formação de políticas de integração e a perpetuação de um conhecimento intercultural baseado nas trocas de conhecimento que este tipo de cooperação permite. A CSS é baseada no discurso de solidariedade, cujo objetivo é a união dos países do Sul para o desenvolvimento das nações, cuja ajuda fornecida, em tese, não requer retornos econômicos ou políticos.

As primeiras iniciativas de cooperação Sul-Sul teriam sido formuladas na conferência de Bandung, Indonésia, em abril de 1955, no auge da Guerra Fria, a qual reuniu países da África, Ásia e América Latina, recentemente dependentes, mas que, no entanto, ainda sofriam as calamidades do colonialismo no seio de suas nações subdesenvolvidas. A conferência de Bandung representou, portanto, um movimento de despertar da consciência dos países do Sul para a condição de exploração a que estavam sendo postos, o que ocasionou a construção de identidade dos países do Terceiro Mundo que impulsionava estes países a esquecerem suas diferenças e a lutarem em prol de um ideal comum, a dependência das condicionalidades da Cooperação Norte-Sul.

O espírito de Bandung iria transcender o contexto afro-asiático e as questões eminentemente políticas. O ator coletivo, forjado no conceito de cooperação Sul-Sul em abril de 1955, sofreria mudanças quantitativas e qualitativas no curso dos anos posteriores, ao incorporar maior número de países, não só afro-asiáticos, mas também latino-americanos, e ao adotar agenda econômica cada vez mais pronunciada e complexa. À medida que a onda da independência política se alastrava, contemplando a quase totalidade da Ásia e da África, reivindicações, como o fim do colonialismo, passavam a ser satisfeitas. Os jovens países percebiam, todavia, que o fim do jugo colonial não rompia os laços da dependência. Persistia a subordinação econômica efetiva, expressa na condição de subdesenvolvimento, quadro compartilhado pelos países da América Latina (LEITE, 2011, p. 56).

Por ocasião da Conferência de Bandung formou-se o Movimento dos Não Alinhados, que buscava por uma reforma no sistema econômico internacional, cujo clímax ocorreu na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964, e culminou com a formação do Grupo dos 77 – G77, marcando a institucionalização da solidariedade entre os países do Sul. (ULLRICH; MARTINS; CARRION, 2013). Segundo Puente (2010, apud ULLRICH; MARTINS; CARRION et. al, 2013, p. 3) o Grupo dos 77:

[...] reunia países semiperiféricos e periféricos interessados em reforçar sua posição mediante a identificação de pontos de interesse comum e da proposição de medidas concretas que pudessem alterar as condições do comércio internacional, consideradas como desvantajosas para os países do Sul. O próprio modelo de cooperação para o desenvolvimento (Norte-Sul) passou, também, a ser questionado, por estar assentado sobre bases ora assistencialistas, ora de dominação submetidas a interesses comerciais dos países do Norte. (PUENTE, 2010, apud ULLRICH; MARTINS; CARRION, 2013, p. 3)

O discurso em torno do subdesenvolvimento e acerca do modelo CNS se fez presente ao decorrer da década de 50, ganhando fôlego a partir da década de 60. Contudo, apenas na década de 70, mais precisamente no ano de 1977, durante a 32ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), onde pela primeira vez uma resolução da ONU buscou definir os objetivos e os princípios da então chamada, Cooperação Técnica entre países em desenvolvimento (CTPD). (XALMA, 2011 apud ULLRICH; MARTINS; CARRION, 2013, p. 4). Em 1978, ainda sobre o comando da ONU, foi realizada a Conferencia de Buenos Aires na qual foram discutidas as políticas que gerenciaram CTPD, sistematizando as formas, modalidades e possibilidades de cooperação entres os países em desenvolvimento. Assim ficaram definidos os focos da CTPD, assim como seus princípios contrários a CNS e sua política de apropriação. Estabelecendo seu princípio fundamental, a horizontalidade, a CSS na década de 80 foi marcada por um período de estagnação. Segundo Ullrich, Martins e Carrion (2013, p. 4): “assolados pela dívida interna, os países semiperiféricos, não dispõem de recursos para financiar os projetos de cooperação. ” A grave crise atravessada pelo sistema mundial, fez com que os recursos destinados a políticas de CSS praticamente fossem extintos.

A globalização que invadira a década de 1990 alavancaria a CSS para um processo de expansão. Para Kerch e Schneider (2013, p. 7) “esta retomada só foi possível pois os países afetados pela crise financeira voltaram a se fortalecer e, por sua vez, recuperavam suas capacidades internas, tornando a utilizar a CSS como um importante instrumento para o desenvolvimento. ”. Assim, as políticas de CSS se voltaram para uma maior inserção dos países em desenvolvimento no cenário internacional, afirmando a importância da CSS para o desenvolvimento das nações periféricas e semiperiféricas, bem como para sua projeção internacional.

[...] de fato, no contexto da globalização desde os anos 1990, particularmente com a crise econômico- financeira que assola o centro e a periferia do sistema internacional, mas também no âmbito dos debates sobre o futuro das relações Norte-Sul e da cooperação internacional, as políticas de CSS ressurgem de modo claramente associado ao papel renovado de alguns países em desenvolvimento, os mais poderosos global e regionalmente, visando principalmente a alicerçar a ideia de que os países do Sul podem (e devem, vão afirmar alguns discursos de política externa) cooperar com outros países do Sul. (MILANI, 2012, p. 227)

No século XXI, a CSS passa a ganhar destaque nos fóruns e discussões internacionais, revelando seu caráter político adquirido na década de 1990. A expansão

da CSS no atual século deve-se, sobretudo, a iniciativas de países de renda média, que se tornaram os principais protagonistas na CSS, considerando que passaram da condição de receptores de ajuda a doadores ativos. Kerch e Schneider (2013, p. 7) observam que “a América Latina vem exercendo lugar central neste âmbito com diversos países, entre eles o Brasil, participando de inúmeras ações de cooperação que objetivam o desenvolvimento econômico e social de outros países. ”

2.2 A ATUAÇÃO DO BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL (CSS)

Segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), atualmente, o Brasil mantém relações de cooperação técnica com a América Latina, Caribe e África, com atuações pontuais na Ásia (Timor-Leste, Afeganistão e Uzbequistão), Oriente Médio (Líbano e Territórios Palestinos) e Oceania. “(...) o Brasil aproveita a experiência como um país em desenvolvimento, e concentra a cooperação em áreas em que tem acumulado experiência própria partilhando as experiências na consolidação dos projetos” (ULLRICH; CARRION, 2012, p. 20). Projetos estes desenvolvidos nas áreas de agricultura (incluindo produção agrícola e segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidente de trabalho, desenvolvimento urbano, biocombustível, transporte aéreo e turismo. Outras áreas como cultura, comércio exterior e direitos humanos, estão contempladas em projetos e atividades de concepção mais recente. (AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2014).

No entanto, embora o Brasil buscasse uma cooperação com os países em desenvolvimento, a consolidação de uma política de CSS nem sempre foi o foco, momentos decisivos da história nos demonstram nos revelam o papel da CSS nos marcos da política brasileira, assim temos que a CSS adquiriu ao longo do tempo diferentes significados conforme cada época.

A cooperação do Brasil para com os países em desenvolvimento, embora os dados do governo apontem para a década de 50, só foram fomentadas na década de 60, durante os governos dos Presidentes Jânio Quadros e João Goulart. O Brasil neste período caracteriza-se por exercer uma política externa visando uma visibilidade do Estado brasileiro, com fins políticos e econômicos, caracterizando uma política externa independentista. O país diversificou suas relações com a América Latina, África e Ásia;

praticou uma política independente nos casos de Cuba e do Movimento Não Alinhado (MNA) e participou ativamente do debate de questões como o desarmamento e o comércio nos foros multilaterais, com o fito de promover projeção política condizente com as suas potencialidades e de fomentar o desenvolvimento econômico (LEITE, 2011) “O país motivava-se pelo uso da política externa como instrumento de maior projeção política e de desenvolvimento econômico. A cooperação com o Sul atendia a esses interesses, sendo vista como meio de se atingir maior bem-estar econômico e político.” (LEITE, 2011, p.120).

O governo Ernesto Geisel (1974-1979) e seu pragmatismo responsável e ecumênico foram os responsáveis pelo segundo momento de forte inclinação à cooperação com os países do Sul. Nesse contexto, a ideia de responsabilidade derivava do compromisso de consecução dos interesses nacionais brasileiros, políticos e econômicos, ao passo que o ecumenismo dizia respeito à tentativa do país de diversificação de parceiros no plano externo, buscando desvincular-se do alinhamento automático com os Estados Unidos (MENDONÇA; MIYAMOTO, 2011 apud SILVEIRA, 2012).

Contudo, o início dos anos 90, marcaria uma nova inclinação da Política Externa Brasileira (PEB). O fim da Guerra Fria e conseqüentemente fim da União Soviética, representaram um início de uma nova política voltada para a reconstrução de um perfil brasileiro. Sobretudo, o governo de Collor de Mello, buscou “construir uma nova agenda prioritária e não conflitiva com os Estados Unidos e reduzir o perfil "terceiromundista"(sic), haja vista as mudanças acontecidas no cenário político internacional” (BERNAL-MEZA, 2002, p. 38). Ideais que mesmo após a destituição do presidente Collor teve continuidade no governo de Itamar Franco, contudo, os interesses políticos do Brasil voltaram aos Estados do Sul, especialmente para a América Latina, por meio de reafirmação de parcerias estratégicas e de medidas de estreitamento com os países em desenvolvimento, como por exemplo, a institucionalização do Mercosul e a idealização da CPLP. Inclinando a PEB intensa com os EUA para outras direções. “Collor tem uma visão unipolar do mundo, com os Estados Unidos exercendo o papel de potência hegemônica e associando força militar e força econômica. Itamar Franco percebeu que o mundo caminhava para uma “dissociação hegemônica” (GUILHON ALBUQUERQUE, 1999 apud BERNAL-MEZA, 2002, p. 60).

A globalização e o neoliberalismo surgidos durante os anos 90, influenciariam a nova inclinação da PEB, ocorrida durante o governo de Fernando Henrique Cardoso

(FHC). Durante este governo, os ideais visionários de uma projeção mundial do país, bem como a busca pela ascensão econômica e política do país, presentes no governo Collor permaneceram. O governo FHC buscou consolidar uma política externa pautada nas seguintes prioridades: avançar no caminho da integração regional, aprofundando o Mercosul; estímulo à estratégia de diversificação de parceiros nas relações bilaterais; ação junto às organizações econômicas multilaterais, em especial à OMC, e concentrar esforços para elevar a posição de potência internacional do Brasil, tornando-se um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, usando, para tanto, de argumentos como tamanho territorial, contingente populacional e seu *status* na organização (VIZENTINI, 2005). Neste período a União Europeia passa a ser o foco das relações do Brasil, já que a opção de uma política multilateral afastaria o Brasil dos EUA, assim com a força do Mercosul por trás, o governo de Cardoso negociou ao mesmo tempo a criação da Alca e de uma zona de livre comércio com a Europa, na expectativa de benefícios para ambos os lados (CERVO, 2003). O autor afirma que “O Brasil afastou-se da África e do Oriente Médio, desdenhou parcerias consolidadas anteriormente como a da China e não percebeu as oportunidades que se abriram na Rússia e nos países do leste europeu.” (CERVO, 2003, p. 7).

O fato é que as relações Sul-Sul, neste período, assim como toda a PEB exercida durante o período de 1990-2002, visavam antes, os interesses internos de um Brasil subdesenvolvido que ansiava por uma projeção no cenário internacional, em uma tentativa de ascensão econômica o que representaria conseqüentemente, a sua saída do mundo periférico. A PEB se inclinou à medida que o contexto histórico o convinha. A CSS se tornara uma estratégia de governo rumo a uma ascensão ao Primeiro Mundo.

“A diplomacia brasileira no período 1990-2002 priorizava, pois, restaurar a imagem externa do Brasil como país economicamente estável e democrático. Buscava-se restituir a credibilidade internacional do país por intermédio da sua participação nos regimes internacionais de que esteve afastado durante a Guerra Fria bem como do compromisso com a estabilidade macroeconômica e a manutenção da governabilidade.” (LEITE, 2011, p.166).

Contudo, o Governo de Lula da Silva em 2003, representou um marco na PEB. Embora ainda dando continuidade à política instituída por Cardoso, novas prioridades são instituídas. A CSS passa a se firmar como política de governo e como estratégia para o desenvolvimento do país.

[...] o governo buscou aderir aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, tanto com os parceiros regionais, como com os parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio, etc.). Os objetivos eram combinar a redução das assimetrias do sistema internacional, nas relações externas com países centrais, com aumento da capacidade negociadora em âmbito nacional. (VIGEVANI, CEPALUNI, 2007 apud ULLRICH; MARTINS; CARRION, 2013, p. 6-7).

Segundo Vizentini (2005) as relações internacionais do governo Lula são dotadas de três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social. Segundo o mesmo autor, a primeira dimensão corresponde a necessidade de manter abertos os canais de negociação com o Primeiro Mundo, obtendo recursos (investimentos e tecnologia), negociando a dívida externa e sinalizando que o governo deseja cumprir os compromissos internacionais, sem nenhuma ruptura brusca. A dimensão política representa um campo de reafirmação dos interesses nacionais e de um verdadeiro protagonismo nas relações internacionais, com a intenção real de desenvolver uma “diplomacia ativa e afirmativa”, encerrando uma fase de estagnação e esvaziamento. Suas propostas sociais vão ao encontro da agenda que busca corrigir as distorções criadas pela globalização, centrada apenas em comércio e investimentos livres (VIZENTINI, 2005). Assim, o desenvolvimento de projetos em políticas públicas, visando o desenvolvimento das nações em desenvolvimento, passaram a fazer parte das políticas de CSS do Brasil.

No período que Lula esteve no poder (2003-2009) os investimentos em Cooperação técnica aumentaram consideravelmente. Segundo o relatório "Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009", a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional durante o período 2005-2009 alcança uma cifra próxima a R\$ 2,9 bilhões, em valores correntes. A assistência humanitária e a cooperação técnica registram aumentos absolutos expressivos durante este período passa de R\$ 28,9 milhões em 2005 (7,53% do total no ano), para R\$ 184,8 milhões em 2009 (25,51% do total no ano). As bolsas de estudo para estrangeiros, contribuem com mais de R\$ 284 milhões durante o período (quase 10% do total), sendo a segunda modalidade que mais destina recursos internacionalmente, depois das contribuições a organismos internacionais, que por sua vez, passaram de R\$ 134,5 milhões em 2005, para R\$ 361,4 milhões em 2009. (COOPERAÇÃO..., 2010)

O governo Lula elegeu como parceiros principais de Cooperação para o desenvolvimento, os países da América Latina, Ásia e África Subsaariana (especialmente os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)), intensificando a concessão de ajuda e

os investimentos em projetos nestes países, além de estabelecer políticas na tentativa de promover a integração entre o Brasil e os continentes cooperados.

Dilma Rousseff deu continuidade à PEB imposta por seu antecessor, mas com menos intensidade, procurando reafirmar e assegurar as parcerias com a América Latina, Ásia e África Subsaariana e os PALOP. Reafirmando o compromisso do governo de fazer da PEB um meio de ascensão do país, tendo como base as mesmas dimensões, aqui apresentadas, do ex-presidente Lula.

Na PEB destes dois governos a CSS brasileira passa a ser uma política de Estado, pautada no discurso de solidariedade, visando à promoção do desenvolvimento das nações envolvidas.

A totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas. (COOPERAÇÃO..., 2010, p.17)

Contudo, para além do discurso de solidariedade, outros interesses norteiam as políticas de CSS, conforme apontam Ayllón Pino e Leite (2009, p.18):

A cooperação com países menos desenvolvidos guarda, sem dúvida, relação com objetivos mais amplos ligados à abertura de mercados para produtos, serviços e investimentos brasileiros; à preservação dos interesses nacionais em países onde estejam ameaçados; e à busca de prestígio e de apoio para que o Brasil venha eventualmente ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Conforme Bourdieu “O dom que não é retribuído pode se tornar uma dívida, uma obrigação durável; e o único poder reconhecido, o reconhecimento, a fidelidade pessoal ou o prestígio, é aquele que se assegura quando se dá” (2013, p. 211). Deste modo, a nação recebedora da ajuda adquire uma situação de dívida com o país doador, o que revela os conflitos de interesses por trás década ato de solidariedade.

Mesmo quando oferecem todas as aparências do desinteresse porque escapam a lógica do interesse “econômico” (no sentido restrito) e que os assuntos em jogo para os quais se orientam são não materiais e dificilmente quantificáveis, como nas sociedades “pré capitalistas” ou na esfera cultural das sociedades capitalistas, as práticas não cessam de obedecer a uma lógica econômica. (BOURDIEU, 2013, p. 203)

A cooperação solidária sul-sul, neste sentido, se configura como um elemento de reprodução dos modelos de cooperação internacional Norte-Sul, nos quais estão implícitos os interesses econômicos e políticos por trás de cada projeto e ajuda fornecida. A solidariedade pregada se revela antes, como um discurso que se desprende da prática, uma vez que, ainda que implicitamente, as nações que ofertam a ajuda escondem interesses, eminentemente, políticos e econômicos.

A evolução da PEB nos demonstra que ao longo da história, os focos da CSS foram inclinados, de modo a condizer com o contexto internacional. Os EUA e os países europeus, tidos como “desenvolvidos”, deixaram de ser o eixo central da Cooperação Internacional do Brasil, embora o país ainda mantenha relações com o Primeiro Mundo, o Sul se transformou no foco das políticas de Cooperação do Brasil para o desenvolvimento. O comércio econômico deixou de ser o único elemento que estabelece parcerias, a troca de conhecimentos técnicos aprofundou as relações do Estado brasileiro com o Terceiro Mundo, voltando-se para o repasse de técnicas que o país desenvolveu ao longo de sua independência destaca-se a ênfase dada a projetos em educação que desembolsaram dos cofres públicos valores consideráveis.

Nos governos de Lula à Dilma, especialmente no governo Lula, o país buscou promover, de maneira intensa, políticas de cooperação em educação com o intuito de promover o desenvolvimento das nações cooperadas. Os projetos desenvolvidos nesta área contemplam desde a educação básica ao ensino superior, bem como a alfabetização de jovens e adultos e qualificação profissional, além de implantação de políticas de incentivo a educação. Conforme os dados apontam, os investimentos em educação representam o segundo maior investimento de cooperação internacional do Brasil, revelando a sua relevância política para a consolidação das estratégias de interesses que norteiam as diretrizes da CSS.

2.3 COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a cooperação em educação vem sendo uma das principais linhas de atuação do Brasil perante as iniciativas de cooperação internacional. Do ensino básico ao superior, tais investimentos têm sido o construtor

de pontes que interligam o Brasil a nações da América Latina à África. A cooperação em educação, faz da educação uma ferramenta desencadeadora do desenvolvimento individual e nacional das nações envolvidas. Assim a educação atravessa os vieses de sua função social e propicia o progresso das nações em outras dimensões como o econômico, político e cultural.

No campo da educação, a cooperação internacional é desenvolvida também por múltiplos atores em diversas esferas. Do ensino básico à cooperação acadêmica, a educação é apresentada nos programas de cooperação como uma ferramenta de formação de profissionais capazes de contribuir com o desenvolvimento de seus países. Este desenvolvimento pode estar atrelado ao crescimento econômico, com a incorporação de mão de obra qualificada nos espaços de produção, e, por outro lado, pode ser visto como apoio à transformação social, onde o conhecimento produzido é direcionado para melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio de políticas públicas e ações em todas as esferas da sociedade. (AMARAL, 2013, p. 47).

No Brasil, a cooperação educacional é tida como uma política externa de governo que proporciona ao país, para além de seu papel social na Cooperação Sul-Sul e de seu discurso de solidariedade, ganhos econômicos e políticos. O Ministério das relações exteriores admite que “a educação é um dos temas que diversificaram as relações internacionais nas últimas décadas. Parte de uma agenda positiva, ou seja, que implica em ações de benefício mútuo para os países (...)”. Assim a totalidade de investimentos do país nesta área, bem como a ênfase dada aos projetos em educação, se justifica pelo papel que a educação representa. Sua condição enquanto política pública reforça o discurso que difunde a cooperação brasileira como um ato solidário, no entanto, o “fundo perdido” se reverte para o país sob a forma de abertura de mercados, além de propiciar ao Brasil maior visibilidade no cenário das relações internacionais. Revelando o papel da educação enquanto estratégia econômica e política. Contudo, vale ressaltar seu papel de portador do desenvolvimento das nações cooperadas, propiciando-as o desenvolvimento em vertentes que contemplam desde o econômico, ao social, além de uma integração cultural entre as diferentes nações.

Segundo dados do relatório “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010” a cooperação educacional do Brasil empreende diversas iniciativas de cooperação horizontal em educação – em especial, nas áreas de educação de jovens e adultos e de formação profissional. A segunda linha de atuação do projeto envolve o MEC

na transferência do programa Escola Aberta, desenvolvido em parceria com a Unesco. Outra iniciativa com importante impacto sobre o segmento de jovens em países em desenvolvimento são os centros de formação profissional desenvolvidos em parceria entre a ABC/MRE e o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (Senai). Encontram-se instalados centros de formação profissional em Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, enquanto outros dois se encontram em implantação em Moçambique e em São Tomé e Príncipe.

A maior parte dessa formação é oferecida em solo nacional, em instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas, mediante articulação interministerial que envolve mais diretamente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC) criada em 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão colegiado do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) também criado em 1951, e a Divisão de Temas Educacionais (DCE) do Departamento Cultural do MRE. (COOPERAÇÃO, 2013, p.39).

A maior parte dos investimentos em cooperação em educação do Brasil é voltada para o ensino superior. A atuação do governo federal brasileiro em educação superior efetiva-se mediante a atuação articulada entre a Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), suas respectivas agências de fomento Capes e CNPq – e o MRE, por meio das representações diplomáticas e consulares e da Secretaria Geral das Relações Exteriores. (COOPERAÇÃO, 2013). Os mais antigos programas de cooperação em educação superior são o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), que consistem na concessão de bolsas de graduação e pós-graduação a estudantes estrangeiros.

O PEC-G representa uma parceria entre o MEC e o MRE, vigente desde 1964, e consiste na concessão de bolsas em nível de graduação, em instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras, para estudantes provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ ou Científica e Tecnológica. (IPEA, ABC, 2013). Os maiores beneficiários do programa, até o ano de 2010, são os PALOP da África e os países da América do Sul. O PEC-PG é uma parceria entre a Capes, o CNPq e o MRE vigente desde 1981 com o objetivo de oferecer para estrangeiros a oportunidade da realização de estudos

de pós-graduação em instituições de ensino superior brasileiras. (IPEA, ABC, 2013). Os maiores beneficiários deste programa são os mesmos do PEC-G.

A Educação superior foi durante as últimas décadas o foco da cooperação educacional do Brasil. Assim sendo, a lógica do desenvolvimento almejado na CSS está atrelada a ações de disseminação do ensino superior nos países parceiros, especialmente naqueles com que o Brasil mantém maiores relações, como os PALOP da África e da Ásia e os países da América Latina, tanto que na última década foram criadas duas Universidades com o intuito de promover a integração do Brasil com as nações destes dois continentes.

A educação representa o meio mais propício para o desenvolvimento, visto que é disseminadora do desenvolvimento individual e coletivo de um país. No entanto, no caso do Brasil a educação superior se tornou uma política de Estado no que tange a Cooperação Sul-Sul, tornando-se um mecanismo que desenvolve ações em prol do desenvolvimento “mútuo” das nações envolvidas. Contudo, a ação desenvolvida em educação, seguindo as diretrizes da CSS, desencadeia relações propícias ao firmamento de outras parcerias econômicas e políticas do Brasil para com os países cooperados. Assim, na era da globalização, os países em desenvolvimento tendem a usar a CSS como forma de firmar parcerias estratégicas, visando tirar proveito financeiro destas parcerias. Na era da globalização, o capital norteia as discussões e a política de um país. A diplomacia tornou-se o melhor caminho para o desenvolvimento. Neste contexto, diante do aumento dos investimentos do Brasil em cooperação em educação superior, questiona-se qual o papel da educação superior na Cooperação Sul-Sul.

3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

No Brasil a educação superior, sua estrutura atual e legislação, foi “formalizada e normatizada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases Nacional de 1996 e numa série de decretos oficiais e resoluções do Conselho Nacional de Educação” (NEVES, 2012, p. 2). Segundo a carta magna, a educação consiste em um direito social dos indivíduos, sendo o Estado o agente responsável por sua disseminação, conforme estabelece o art. 205 da Constituição Federal da República de 1988 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ”

A educação representa um papel fundamental em qualquer sociedade, sendo ela a responsável pelo desenvolvimento intelectual e social dos indivíduos, bem como de toda a sociedade que por meio desta alavanca progressos em suas dimensões social, econômica e política. Assim, a educação superior representa, conforme salienta Pinheiro (2013, p.106): “um bem público, de interesse e finalidades públicas e, como tal, deve ser pensada e analisada considerando suas implicações sociais, culturais, econômicas e políticas. ” Pensar a educação superior apenas como uma política social é renegar seu papel fomentador nas dimensões cultural, econômico e político de uma dada entidade social. Assim sendo, o papel da educação superior na sociedade, ultrapassa os limites instituídos na nossa Constituição Federal, pois é esta que impulsiona as sociedades ao progresso e modernização de seu meio. Considerando seu papel revolucionário, enquanto política pública de Estado, o ensino superior protagoniza uma série de intervenções nas dimensões política, econômica, social e cultural das sociedades, de forma a atender suas necessidades e demandas, conforme aponta Prates (2007 apud PINHEIRO, 2013, p. 106-107):

O enfoque econômico privilegia o argumento de que a sociedade industrial “madura” requer uma força de trabalho mais profissionalizada e educacionalmente credenciada, especialmente na área de administração pública e privada. Ao mesmo tempo, estas características da sociedade implicam maior prosperidade e abertura dos canais de mobilidade, tornando a educação um bem de consumo para alguns setores da população. De outro lado, o segmento mais tecnológico da indústria como o setor eletrônico e químico demanda mais pesquisa aplicada e, conseqüentemente, maior contato direto com a Universidade. O enfoque sociológico direciona seu olhar, de um lado, para o surgimento da “nova classe média”, buscando na educação os degraus universalistas de mobilidade, e de outro, para a pressão dos membros da plutocracia que, sofrendo o esvaziamento dos critérios

adscritos de status, são empurrados ladeira-abaxo para a “velha” classe média e buscam, portanto, assegurar sua posição de status via credenciais educacionais. O argumento político enfatiza a emergência de políticas governamentais, buscando incorporar setores “marginalizados” na sociedade industrial, como o proletariado na virada do séc. XIX e, também, a expansão dos serviços públicos acompanhando a consolidação do papel normativo do estado-racional demandando profissionais graduados, como bem ilustra o caso da Alemanha. Finalmente, o enfoque culturalista que, partindo do pressuposto do apelo atraente do ideal do “ser humano educado”, enfatiza a busca popular incessante para o auto-aprimoramento, sem nenhuma necessidade de justificativa funcional.

Em qualquer sociedade moderna a educação exerce papel fundamental na formação dos indivíduos e de seu meio social, no entanto não é tida como prioridade em algumas nações. O comércio e a política regem todas as ações dos países capitalistas, estando os elementos secundários a serviço do capital. No Brasil, as últimas décadas têm evidenciado que a lógica capitalista se apodera da educação superior como meio veiculador do sistema, sendo que o ensino superior é também o responsável pela ascensão social de uma parcela da sociedade, que à medida que obtém títulos, evolui culturalmente e se insere dentro de sua sociedade como um indivíduo capaz de transformar seu meio, através de suas ações conscientes e de seu trabalho, aprimorados pelo viés da educação. Diante de tal realidade, os enfoques político, social, econômico e cultural fazem da educação superior uma política flexível em distintos momentos da história da educação brasileira.

A expansão do ensino superior no Brasil consiste numa evolução pautada no intuito de atender aos anseios de uma sociedade moderna e de promover o desenvolvimento nacional. Assim, a expansão da educação superior no Brasil se fez necessária à medida que a nação se expandia e que os ideais do Estado surgiam, no entanto, a história nos revela que nem sempre foi atribuído a educação superior o valor que lhe compete, sendo esta antes uma ferramenta política voltada para o desenvolvimento econômico e político das sociedades do que propriamente uma ação social voltada para o bem comum. Como observaremos a seguir um curso superior foi por muitos anos na história da civilização brasileira um medidor de “status”, representando, portanto, um privilégio de poucos, estando atrelado a ideia de “riqueza” foi por muito tempo um indicador de desigualdades sociais. Contudo, é fato a educação é indispensável ao homem, bem como a sua nação.

3.1 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A colonização deixara marcas profundas no seio da civilização brasileira. O acesso à educação para a colônia parecia afrontar os poderosos senhores detentores da coroa portuguesa que tinham as terras brasileiras em posse. A educação básica era instrumento digno dos grandes senhores que detinham poder e dinheiro, o ensino superior por sua vez era escasso. Assim, só após a chegada da família real ao Brasil que foi autorizada a abertura de escolas de nível superior, a fim de atender a tão nobre família que oriunda de uma metrópole necessitava de mão de obra especializada que pudesse suprir as necessidades da mais alta corte, que precisava adaptar a sua colônia para atender seus anseios.

Até 1808, ano da chegada da Família Real portuguesa, era expressamente proibida a produção de livros didáticos, bem como sua reprodução em gráficas. O reduzido material que chegava provinha de metrópole. As políticas educacionais para a colônia portuguesa na América eram de tal modo restritivas que o primeiro curso de nível superior (o Colégio Médico-cirúrgico da Bahia) só passou a existir em março de 1808, decorrente de um decreto de D. João VI, assinado poucos dias após sua chegada ao Brasil. Similar ao que havia feito ao aportar as terras da Bahia, criou, no mesmo ano, o segundo curso superior de medicina, na cidade do Rio de Janeiro. Entre 1808 e 1821, período de permanência da Família Real no Brasil, o rei português criou sete cursos de ensino superior, hoje pertencentes às universidades federais do Rio de Janeiro e da Bahia. (TREVISOL; TREVISOL; VIECELLI, 2009, p. 217-218)

A Coroa Portuguesa não tinha interesses na criação de instituições de ensino, muito menos universidades, pois não era importante dar autonomia para a Colônia, tanto que, os cursos criados no Brasil eram concluídos em Portugal (SANTOS; CERQUEIRA, 2009). Os cursos criados durante a era monárquica, são em sua maioria, voltados para carreiras liberais como advogados, médicos, engenheiros, que no mais contribuíram para a formação de uma elite local, já que apenas uma parcela pequena e rica da sociedade tinha acesso a modalidade de ensino superior, além de atender os interesses da coroa.

A independência, assim como a educação chegara de maneira tardia ao Brasil. As raízes coloniais deixaram o país por muito tempo deficiente de educação, seja nos níveis mais básicos ao superior. A Primeira República simbolizou uma ruptura com o antigo modelo de ensino imperial, a descentralização do poder permitiu a criação das

primeiras Universidades nos âmbitos municipais, estaduais e federal, bem como privadas.

Entre 1889 e 1918 foram criadas no Brasil 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Era assim dividido o cenário da educação naquele momento: de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público, e, de outra, iniciativas de elites locais que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior. (SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p. 3).

A industrialização que chegara ao país acabara impulsionando mudanças no cenário brasileiro, à medida que a economia se consolidava e que o desenvolvimento urbano se difundia, novas reformas educacionais se faziam necessárias. A civilização moderna ansiava por mão de obra especializada para prosseguir com o seu ideal de mundo moderno, o ensino superior necessitava ser reformulado para atender aos novos anseios do Estado brasileiro, no entanto, tal reforma não foi o necessário para que a educação se expandisse de forma a promover o desenvolvimento pleno do Brasil e de seu sistema educacional, que no mais era flexível, fraco e se manteve, apesar da reforma, ancorado na iniciativa privada.

A consolidação da sociedade urbano-industrial acabara por desencadear na década de 1930 significativas iniciativas que deram início a uma onda expressiva de expansão, e que acabaram por definir um sistema de ensino superior mais eficaz. O então presidente da República, Getúlio Vargas, criou o Ministério da Educação e Saúde que mais tarde, em 1931, foi o responsável por definir o Estatuto das Universidades Brasileiras que vigorou até 1961, que definia que a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras (SOARES, 2002). “O fim da Primeira República, a crise da economia agrária, o crescente processo de industrialização, o fortalecimento da burguesia industrial e a urbanização foram alguns dos fatores que impulsionaram a demanda por novas universidades no Brasil” (TREVISOL; TREVISOL; VIECELLI, 2009, p. 217).

Em 1934 é criada a primeira Universidade ancorada nos princípios da pesquisa, ensino e extensão, a Universidade de São Paulo (USP), sendo este marco fundamental para a modernização do sistema de ensino superior brasileiro, assim ancoradas neste

mesmo princípio novas Universidades públicas surgiram no Brasil, contudo, o ensino superior de iniciativa privada se fez presente e avançou progressivamente nos anos posteriores. Embora tal onda de expansão e reformulação do ensino tenha significado um marco importante na história da educação brasileira, o autoritarismo se fez presente como forma de centralizar o ensino superior brasileiro nas mãos do Estado, assim o que parecia ser um momento de expansão retrocede à medida que os ideais e a soberania do Estado são quebrados.

A igreja, ao contrário do que ocorrera nos demais países, esteve excluída de tal processo de expansão até o ano de 1946 quando foi criada a primeira faculdade católica. O período que antecedeu o Golpe Militar de 1964, foram tempos de expansão do ensino público, contudo, também foram anos de insatisfação dos discentes que na segunda metade da década de 1950 uniram-se para reivindicar uma reforma em todo o sistema de ensino brasileiro, amparada na ideia de valorização do ensino público e substituição do ensino privado. A Lei de Diretrizes da Educação Brasileira, lei nº 4.024, foi promulgada no ano de 1961, e acabou por reforçar o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país (SOARES, 2002). Nesse período o ensino público experimenta do momento de maior expansão nos últimos anos.

Durante a Nova República, foram criadas 22 universidades federais, constituindo-se o sistema de universidades públicas federais. Cada unidade da federação passou a contar em suas respectivas capitais, com uma universidade pública federal. Durante esse mesmo período, foram, também, criadas 9 universidades religiosas, 8 católicas e 1 presbiteriana. (SOARES, 2002, p. 31).

Segundo Neves (2012) durante toda a década de 1960 o sistema de ensino superior brasileiro foi marcado por um crescimento quantitativo da matrícula produzindo a abertura do ensino superior às camadas sociais médias. A procura pelo ensino superior aumentou, contudo, segundo a mesma autora com a pressão por mais vagas, o poder público (Ministério da Educação/ MEC e Conselho Federal de Educação/CFE) respondeu com a autorização para a multiplicação dos estabelecimentos mantidos pela iniciativa privada, sem qualquer pretensão ou mesmo qualificação para a pesquisa, sendo a demanda pelo ensino superior atendida pelo setor privado, que por sua vez apresentava maior poder aquisitivo. O golpe militar de 1964 trouxe para o cenário da educação superior um momento de mudanças e evolução na organização desta modalidade de

ensino, desencadeando uma reforma no ano de 1968, conforme salienta MARQUES (2013, p.70).

A Reforma da Educação Superior de 1968 (Lei nº 5.540) implementada pelo governo militar dá início a grandes alterações na organização deste nível de ensino: promove a expansão das universidades públicas enquanto parte do projeto de desenvolvimento econômico do país no governo militar, abre as portas para a proliferação das instituições privadas de educação superior e ao mesmo tempo amplia a perseguição aos opositores do novo regime e sua eliminação dos quadros docentes das universidades públicas.

O intervalo de tempo em que o regime militar esteve à frente do Estado brasileiro, foram anos de expressivo avanço para o campo da educação superior, contudo vale ressaltar que o ensino superior público mais uma vez não foi tratado como prioridade, enquanto o ensino superior privado se expandiu drasticamente com o intuito de atender os anseios de uma sociedade que também evoluía e aspirava um padrão de vida social superior, motivo pelo qual a educação básica já não a satisfazia. Em contraste com a repressão política na era militar, temos a organização da educação no Brasil que culminou em uma série de mudanças cruciais a prática docente e científica.

Ao estabelecer a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica, essa Reforma [Reforma da Educação Superior de 1968 (Lei nº 5.540)] possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós graduação como das atividades científicas no país. (SOARES, 2002, p.33)

A educação superior na era do regime militar vivenciou uma reformulação na sua estrutura, ao mesmo tempo que experimentou de uma onda expressiva de expansão. Os anos de 1970 representou o marco para uma onda de expansão que desencadearia no atual sistema de ensino brasileiro. Em contrapartida, a década de 1980 foi para a educação superior uma época sem muitos avanços. Foram anos de crises econômicas e de mudanças no cenário político da nação que culminaram na promulgação da nova Constituição Federal de 1988 e posteriormente, na década seguinte, nas eleições diretas para presidente (SANTOS, CERQUEIRA, 2009). Tal onda de instabilidade econômica e política acabaram afetando a procura pela educação superior, tanto o ensino superior público quanto o ensino superior privado vivenciaram momentos de estagnação nesta época.

A promulgação da Constituição Federal em 1988 estabeleceria o marco de uma nova onda expansão iniciada na década de 1990, a Constituição determinaria os princípios e finalidades da educação, bem como as regras de expansão e direcionamento de recursos públicos para tal fim. Além de reafirmar em seu artigo 207 a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a Constituição Federal reafirma a autonomia das universidades, e posteriormente em seu artigo 209 determina “O ensino é livre à iniciativa privada”, abrindo caminhos para a expansão do ensino superior sob a égide do setor privado nos anos 90.

A crise que se instalara ainda na década de 80 refletiu nos primórdios da década de 90, ocasionando o baixo nível de expansão do ensino superior nos primeiros quatro anos da década. Estabilizada a economia, o sistema de ensino superior passa a evoluir rapidamente, contudo devido à escassez de recursos os investimentos no segmento público foram quase inexistentes. A política do governo Fernando Henrique Cardoso se constituiu com base numa série de recomendações dos organismos internacionais. As políticas educacionais neste período foram fortemente influenciadas e redirecionada de acordo com os interesses do Banco Mundial (BIRD), de forma a atender os anseios de uma política neoliberal, em que o Estado se exime de sua função enquanto provedor de certos serviços e prioriza antes o desenvolvimento do capital financeiro. “Nesse cenário, desenhou-se um novo projeto pedagógico para a educação superior brasileira, consonante com as novas demandas do capital internacional e com as recomendações de organismos multilaterais” (FERREIRA, 2012, p. 459). Em 1996 foi sancionada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, sob o nº 9.394/96, que instituiu um novo formato de Universidade no Brasil.

A LDB de 1996 ao passo que ratificava o princípio da gratuidade do ensino, também fortaleceu a iniciativa privada. Segundo Carvalho (2006), a LDB/96, redigida sob a interação dos atores políticos e conflitos de interesses combinando a coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino e a manutenção da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

A LDB/96 também visava a qualidade do ensino, visto que introduziu o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e reconhecimentos ao desempenho mensurado por essa avaliação. A mesma lei estabelece que, para que uma Universidade possa gozar de sua autonomia para abrir ou fechar cursos, estabelecer número de vagas, planejar atividades, é necessário que esta tenha no mínimo um terço de

seu corpo docente com titulação de mestre ou doutor e um terço contratado em regime integral. Os estudantes passaram a ser submetidos a avaliações de conhecimento relacionados ao seu curso na fase de conclusão, o provão como ficou conhecido, tinha como intuito avaliar a qualidade de ensino oferecida em cada instituição (SOARES, 2012).

Em contraste com tal medida para qualificar o ensino superior o governo reduz os financiamentos destinados à educação superior pública. Professores e técnico-administrativos são cortados devido à medida orçamentárias. A expansão do ensino é concretizada sob a forma de abertura de mais vagas e de cursos noturnos, contudo não existiam corpo docente qualificado suficiente para atender a demanda no nível público. Em contrapartida, as demandas por ensino superior se multiplicava e o Estado não estava preparado para supri-las, devido à escassez de recursos financeiros destinados as políticas sociais, que culminaram no sucateamento da Universidade pública que se manteve estável por toda a era neoliberal. Desta forma, para suprir a demanda da sociedade em ensino superior, o setor privado se expande drasticamente, revelando a lógica capitalista presente na onda de expansão nos anos 90, como podemos observar na tabela 1.

Tabela 1: Número total de Instituições de Ensino Superior no Brasil (1920-1998)

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1920	1	1	-	-	-
1930	2	-	1	-	-
1940	9	5	-	-	3
1950	20	11	2	-	7
1960	50	30	5	-	15
1970	64	34	10	1	19
1980	94	37	15	4	19
1990	920	55	83	84	698
1991	893	56	82	84	671
1992	895	57	82	88	668
1993	873	57	77	87	652
1994	851	57	73	88	633
1995	894	57	76	77	684
1996	922	57	74	80	711
1997	900	56	74	81	689
1998	973	57	74	78	764

Fonte: com base em Bittar (2003) e Brasil (2004) apud Trevisol; Trevisol; Viecegli (2009).

A educação, nesta perspectiva, deixa de ser uma responsabilidade exclusiva do Estado, e passa a ser um objeto de oferta no mercado econômico. A baixa oferta de vagas no ensino público atrelada a maior procura por ensino superior, acabou por excluir uma parcela da sociedade do sistema educacional, o governo como forma de inserir estas pessoas cria um meio de financiamento alternativo, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), no ano de 1999, que constituiu uma alternativa ineficaz já que os juros elevados não se encaixam nas limitações orçamentárias destes brasileiros. Desta forma, o modelo de universidade proposto na CF de 1988 fica comprometido, pois as instituições de ensino privada tinham como propósito o ensino deixando a pesquisa e a extensão fora de suas práticas. São instituições que visavam antes a acumulação do capital financeiro, a expansão desta modalidade de ensino significava a difusão de um modelo de sociedade capitalista, em que ações do governo se voltavam para o desenvolvimento econômico do Estado, enquanto as políticas sociais se incluíam em segundo plano.

O século XXI marca o início de uma nova era no Brasil. O Plano Nacional da Educação (PNE), sancionado em 2001, estabelecia a ampliação do número de matrículas nas instituições de ensino superior, instituindo que até o fim do decênio 30% dos jovens de 18 a 24 anos estivessem ingressos em cursos superiores, sendo que 40% destas matrículas deveriam está concentrada no setor público. A eleição de um ex - operário para presidente, no ano de 2003, mudou os rumos do país. No campo da educação superior, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, implementaria uma dinâmica de expansão pautada na interiorização e expansão da universidade pública, contudo com novas políticas de apoio à iniciativa privada.

A nova política de educação superior do governo Lula embora priorizasse o setor público, não deixou de atender ao setor privado, com isso o que parecia ser uma ruptura com as políticas educacionais do governo FHC acabou se tornando uma reprodução do vigente modelo. Assim, o governo Lula caracterizou-se pela promoção de uma política de consolidação de políticas públicas voltadas para o social, ao passo que a iniciativa privada é incentivada por meio de políticas de apoio e parcerias, sendo assim a educação superior no governo Lula agrega o público e o privado como forma de se atingir objetivos políticos. Em contraste com a expansão das Universidades públicas progride a oferta nas instituições de ensino privado. O Programa Universidade para Todos (ProUni), surgido em 2003, evidencia tal política contraditória.

Com a intensiva taxa de expansão do ensino superior ocorrida na era FHC, as ofertas de vagas nas instituições privadas foram superiores à procura, com isso foram

geradas vagas ociosas no setor privado, a situação do setor se agravara com o elevado nível de desistência e inadimplência, a queda nos rendimentos reais e o nível elevado de desemprego dificultaram a sustentação dos gastos com as mensalidades pelos assalariados, também, durante o governo Lula (CARVALHO, 2006, p. 8). Neste contexto, surge o ProUni, que segundo Neves (2012, p. 13) tinha como “objetivo a concessão de vagas para estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Em contrapartida, as IES que receberem alunos beneficiados pelo Programa terão isenção de alguns tributos”. Assim, o Estado brasileiro, ao passo que estabelece uma política pública com o intuito de inserir jovens de baixa renda em cursos superiores também obedece às recomendações do BIRD no tocante ao incentivo a iniciativa privada no campo da educação superior, com isso a rede privada se fortalece, agora como uma aliada do Estado na promoção do ensino superior no país. Contudo, não se pode negar o caráter revolucionário do programa, graças a ele milhares de jovens puderam ter acesso a Universidade e a um diploma de curso superior.

A mais importante iniciativa para a educação superior no Brasil foi a criação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão para as Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007. O principal objetivo do REUNI:

[...] era a expansão do acesso e a ampliação das matrículas nas instituições públicas, a partir de um melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. O Programa também tem como meta a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de 18 alunos de graduação em cursos presenciais por professor ao final de cinco anos (NEVES, 2012, p. 14).

O Programa previa maiores investimentos no campo da educação superior, assim às Universidades que aderissem ao programa eram destinados maior repasse de recursos, tal medida culminou na adesão das 54 Universidades do segmento federal ao programa. Segundo Neves (2012, p.14) baseado em dados da ANDIFES, a medida “implicou na criação de dez novas universidades federais em todas as regiões e na criação e consolidação de 49 campi universitários. Com relação à oferta de vagas, entre o ano de 2006 e 2010, foram criadas 77.279 novas vagas e 1.035 novos cursos de graduação presencial”. Com isto, temos um novo panorama da educação superior no Brasil, em que o público e o privado interagem de maneira sistemática rumo a consolidação de uma política educacional eficaz, mas que, no entanto, não se desprende da sua ancora no setor

privado, fazendo da educação um meio de troca, uma mercadoria, exercendo, portanto, uma política econômica através de um instrumento social.

O REUNI representou uma medida inovadora, através de seu projeto de expansão da Universidades públicas, o ensino superior pode chegou a localidades mais remotas, por meio da multiplicação de campi em todo o território nacional. As políticas afirmativas também permitiram que o ensino superior chegasse a uma parcela marginalizada da sociedade, que estivera excluída por longas décadas do processo de desenvolvimento do país, seja por sua cor, etnia ou condição social. Contudo, dados revelam que apesar dos esforços financeiros a taxa de matrículas, entre jovens de 18 a 24 anos, no ensino superior no Brasil se mantem em torno de 14%, quantitativo inferior em relação a países com níveis de desenvolvimento inferior ao nosso. Sendo que a taxa de evolução das matrículas no Brasil se mantem estável, segundo Neves “De 1995 a 2005, a taxa média de crescimento da matrícula foi de 11% ao ano. A partir de 2005, o crescimento tem sido de somente 0,2% ao ano” (NEVES, 2012, p.14).

O governo Lula promoveu uma política que agrega no âmbito político o social e o econômico. O mesmo representante político foi o responsável por estreitar as relações do Brasil com os países da África e da América Latina, fruto desta aproximação nascem duas Universidades, Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), com o intuito de promover a cooperação e integração cultural entre as nações. Aqui se reflete uma estratégia política do governo, que atribui a educação superior a função de estreitar relações diplomáticas. Dilma Rousseff, durante o seu primeiro mandato buscou dá continuidade à política educacional implementada pelo ex-presidente Lula.

A presidenta Dilma iniciou seu governo reafirmando a continuidade do programa expansão da educação superior do governo Lula mediante o anúncio da construção de 4 novas universidades federais, da criação de 47 novos campi universitários e de 208 novos IFs. A expansão da educação superior na ótica desse governo tem por objetivo: expandir e interiorizar os institutos e universidades federais, principalmente nos municípios populosos com baixa receita per capita; promover a formação de profissionais para o desenvolvimento regional, bem como estimular a permanência desses profissionais no interior do país; potencializar a função e o engajamento dos institutos e universidades como expressão das políticas do governo na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais (BRASIL, 2011 apud FERREIRA, 2012, p. 465-466).

A presidenta Dilma Rousseff estabeleceu uma política educacional pautada segundo Ferreira (2012) nos seguintes parâmetros a serem incorporados pelas universidades: inovação, empreendedorismo, competitividade, formação e atração de capital humano, mobilidade internacional, universidade como agente de desenvolvimento econômico e social, foco em áreas estratégicas/prioritárias de estudo e de pesquisa, internacionalização da educação superior. Este último embora, represente uma política presente ao longo da história da educação brasileira, se intensificou a partir do governo Lula e se tornou um eixo prioritário na política educacional do governo de Dilma Rousseff. Prova disso, foi a criação da Unila e da Unilab, ambas nascidas a partir da expansão das Universidades federais por meio do REUNI aliada às políticas de cooperação sul-sul. Assim revela-se o interesse do Estado de aliar política e educação, sendo esta última o instrumento necessário a política.

3.2 OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O advento da globalização condicionou ao mundo uma vivência pautada nos acordos do capitalismo, em que a tudo foi atribuído um valor financeiro, constituindo-se assim um sistema de reciprocidade de compra e venda. A educação superior, especificamente no Brasil, não fugira a regra. Prova disso fora o crescente aumento do número de instituições de ensino superior privada que se multiplicara nos anos 90, juntamente com o aumento do número de matrículas neste segmento. A educação superior, embora definida como política pública na Constituição Federal Brasileira, passa a ser um objeto do mundo capitalista. A medida que o mundo globalizado exigia uma maior qualificação das pessoas no mercado de trabalho e que a promessa da ascensão social só se concretizaria por meio deste último, a procura pelo ensino superior transformou tal segmento da educação em um comércio extremamente vantajoso, já que o Estado não supria tal procura. Assim o “mercado” da educação superior se fortaleceu na lógica do capital, a oferta de cursos superiores privados no país se multiplicaram em prol de atender a uma sociedade aprisionada a ideia de que quanto maior a escolaridade melhores seriam os salários, melhores seriam as condições de vida do indivíduo na sociedade. Contudo, a grande oferta não presume qualidade no ensino, assim assistimos um verdadeiro sucateamento da educação superior no país nas últimas décadas.

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento económico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. Na universidade pública ele significou que as debilidades institucionais identificadas – e não eram poucas -, em vez de servirem de justificação a um vasto programa político- pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial, (SANTOS, 2005, p. 16).

A retomada do crescimento no ensino superior público, no início do século XXI, não simbolizou a valorização de tal segmento, os investimentos em políticas públicas para tal fim implementadas no governo Lula identificam, ainda que discretamente, uma motivação a iniciativa privada, prova disso são os programas do governo federal, Prouni e Fies, que isentam as Universidades privadas de impostos e financiam com dinheiro público o acesso de estudantes a tais instituições, respectivamente. A globalização institui um “modelo ideal” de mundo e de sociedade, reforçando a existência de linhas abissais, segundo Sousa Santos, que tendem a dividir o mundo conforme a detenção do poder económico. O modelo de educação ideal fora importado do Norte, símbolo do desenvolvimento e do progresso, e fora instituindo como modelo ideal aos países do Sul. Sendo assim, a educação se torna uma ferramenta do globalizado nas relações de poder desencadeadas no sistema mundial.

A atual conjuntura do mundo pós-moderno acabara por reconfigurar a educação superior. A globalização atribuiu um valor financeiro a todas as coisas, inclusive ao conhecimento, gerando desigualdades sociais irreparáveis. A educação passou a ser tratado como produto do mercado financeiro, objeto da exploração do capital e da mais-valia. A educação, especialmente a educação superior, deixa de ser encarada como uma política pública e passa a assumir o papel de uma política de Estado, usada para promover o desenvolvimento económico das nações, ao passo que alimenta a lógica do capital, que consiste na ideia de que os indivíduos precisaram se educar para obter uma melhor condição social e financeira. Neste contexto, a educação se torna uma formadora de homens para o mercado, quando na verdade seu papel deveria ser o de formar mentes.

Na sociedade do conhecimento, os efeitos da globalização sobre a educação são perversos, principalmente no que concerne ao ensino superior. Conforme aponta Boaventura de Sousa Santos, a universidade passa por três grandes crises institucionais:

a “crise da hegemonia”, “crise da legitimidade” e a “crise institucional”. A instauração destas crises deve-se a forma como vêm sendo tratado a educação ao longo da história, se estabelecendo antes como instrumentos voltados a formação de indivíduos aptos a atender os anseios das sociedades. A “crise da hegemonia”, nasce a partir das transformações ocorridas no sistema educacional devido as mudanças de prioridades do Estado, parafraseando ainda Boaventura de Sousa Santos, esta crise “resulta das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe tinham vindo a ser atribuídas” (2005, p.8). A “crise da legitimidade” é fruto das contradições consensuais da universidade, que por um lado hierarquizam os saberes, por meio do credenciamento e das restrições no acesso. E a “crise institucional” que resulta das contradições entre a “reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social. ” (SOUSA SANTOS, 2005, p. 9).

A Universidade, frente ao mundo globalizado, está voltada para outras questões, sejam elas políticas, econômicas, ou ainda sociais. A Universidade vivencia uma crise pautada na oposição de princípios, estando neste sentido, favorável a concretização de outros objetos que excedem sua dimensão social.

Segundo Panizzi (2006, p. 28 apud BECHI, 2011, p. 140) “vivemos em um tempo em que a universidade e a educação superior tornaram-se, elas próprias, objeto de interesse da própria globalização”. Desta forma, podemos dizer que na sociedade atual o conhecimento transformou-se em um bem indispensável aos indivíduos. A globalização e o advento das novas tecnologias transformaram a sociedade em a “sociedade do conhecimento”, desta forma, a busca pelo conhecimento consiste em um meio do indivíduo se inserir na sociedade, ao mesmo tempo que a nova conjuntura de mundo transmite a lógica que aquele que não se apodera das novas formas de conhecimento, o que presume a obtenção das novas ferramentas tecnológicas, não responde as expectativas de desenvolvimento do mundo moderno. Assim, obedecendo a tal lógica, o conhecimento se torna um elemento universal, o que o torna um objeto de consumo, configurando o surgimento de um comércio oportuno e vantajoso.

O avanço das novas tecnologias e a nova configuração da educação, proporcionada pela política neoliberal, acabara impondo novos rumos para a humanidade e para a educação superior, neste contexto se consolida a internacionalização do ensino superior, como característica da nova configuração da educação no mundo globalizado.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), por meio do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), estabelece a abertura de mercados, assim, frente ao contexto explicitado acima, e a multiplicação de estabelecimentos de ensino privado da educação, a educação é definida como um dos mercados de livre comércio. Para Maude Barlow citado por Oliveira (2007):

As empresas estrangeiras de saúde e educação poderão estabelecer-se em qualquer país da OMC, tendo o direito de competir por dinheiro público com instituições públicas como hospitais e escolas. As normas para profissionais de saúde e de educação serão sujeitas às regras da OMC. A autorização de conferir graus acadêmicos será dada a corporações educacionais sediadas no estrangeiro. E os países não serão capazes de parar a competição transfronteiriça de profissionais da saúde e da educação de baixo custo. (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

A abertura do mercado da educação propicia as nações a abertura de novos mercados. É importante destacar, que a internacionalização do ensino superior propicia uma troca de saberes por meio dos intercâmbios culturais, científicos e acadêmicos, o que simboliza uma alternativa eficaz para a resolução de problemas sociais, econômicos e ambientais. Contudo, tal prática faz da educação uma mercadoria comercializável, o que representa um distanciamento do real papel da educação que é o de formar mentes pensantes, ao passo que se aproxima da lógica capitalista, que se usa da educação como elemento de legitimação do capital, ao formar homens para o mercado de trabalho e mão de obra barata.

Segundo Peixoto citado por Oliveira; Catani e Silva (2010, p. 32-33) “a internacionalização refere-se ao processo de integrar a dimensão internacional às funções de docência, pesquisa e serviços que as instituições de ensino superior desempenham”. Na visão da mesma autora “Numa perspectiva mais aproximada à da educação como bem público, ela [internacionalização] implica uma cooperação internacional solidária com ênfase na cooperação horizontal, baseada no diálogo intercultural e no respeito à identidade dos países participantes[...]”. Nesta lógica, a internacionalização da educação superior, representa um caminho eficaz para que os países do Sul global se desprendam das correntes hegemônicas e tracem eles próprios seus laços cooperativos tendo a educação como elo fundamental. Isso porque, a internacionalização permite o estreitamento das relações sul-sul por meio de sua proposta de troca de conhecimento, o que no sistema hegemônico não seria possível.

No Brasil a internacionalização da educação superior se consolida apenas a partir do século XX, já que o surgimento das primeiras universidades se deu de forma tardia, contudo apenas as guerras mundiais é que a internacionalização se consolida como uma política externa do Estado brasileiro.

O modelo entre instituições evoluiu após as guerras mundiais para acordos bilaterais para a cooperação científica e tecnológica, contudo foi nos anos setenta que a internacionalização tomou proporções maiores entre as instituições e entre as nações, com verbas destinadas pelas agências de fomento para bolsas de estudo de pós-graduação no exterior. (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Atualmente o Brasil tem na internacionalização da educação uma ferramenta eficaz de aproximação do país tanto com os países da corrente hegemônica, como com as nações do eixo Sul. A firmação de acordos bilaterais e multilaterais, permite ao governo federal, por meios de órgãos especializados, o estreitamento das relações com as nações, visando o desenvolvimento da cooperação educacional no eixo acadêmico, científico e cultural. Entre as ações desenvolvidas pelo Brasil, com o intuito de fomentar as relações internacionais, podemos destacar a concessão de bolsa de estudos para alunos brasileiros no exterior, para que estes possam se especializar. O PEC-G e o PEC-PG, que consiste na concessão de bolsas de estudos para alunos estrangeiros no Brasil. E como política mais recente podemos destacar a ciência sem fronteiras que estimular o intercâmbio acadêmico de estudantes brasileiros para as demais regiões do mundo.

Nas últimas décadas, o Brasil vêm priorizando o estreitamento das relações de cooperação em educação com os países latino-americanos e com os países da África, prova disso é o percentual elevado de estudantes destas regiões atendidos pelo PEC-G e PEC-PG. Diante desta realidade, o governo federal, sobre o comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, buscando intensificar as relações de cooperação educacional com seus antigos parceiros – América Latina e África - resolve criar duas universidades federais com a finalidade de fortalecer a internacionalização da educação superior para com estes países, e assim são consolidadas como projeto de aprofundamento das relações sul-sul, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

3.3 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) resulta do processo de expansão das universidades públicas federais, por meio do projeto REUNI, ao passo que constitui um projeto de internacionalização da educação superior, pautado nos princípios da cooperação solidária, cujo principal foco consiste na integração dos países da América Latina e Caribe. Criada pela lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, a universidade acolhe estudantes da América Latina e Caribe de língua oficial espanhola e estudantes brasileiros, prezando neste último caso, pelo uso de políticas afirmativas, de forma a garantir o acesso de estudantes oriundos de escolas públicas e de baixa renda. A oferta de vagas presume, conforme o exposto no estatuto da universidade, uma composição de 50% para estudantes brasileiros e outros 50% para estudantes latino-americanos e caribenhos. Regida pelos objetivos relacionados no artigo 2º de sua lei de criação, a Unila se caracteriza como um projeto de cooperação internacional do eixo sul-sul, sendo este um projeto que presume a aproximação das relações do Brasil com o Mercosul.

Art. 2º A Unila terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. (BRASIL, 2010).

A nova Universidade, contudo, nascera a partir do aprofundamento de uma ideia antiga de aproximação dos países do Mercosul. Surgida ainda na década de 1960 que, no entanto, só se consolidara a partir de 2006, quando a criação da universidade passou a ser discutida e estruturada, pautada na nova conjuntura do sistema educacional brasileiro. A expansão e a internacionalização do ensino se consolidaram como política do Estado, em concomitância a nova política externa priorizava as relações com América Latina, Caribe e África, fortalecendo os laços sul-sul.

A proposta de uma universidade latino-americana surgiu na década de 1960, em reunião realizada pela União de Universidades da América Latina (UDUAL). Na oportunidade, foram estabelecidas algumas recomendações às Instituições de Ensino Superior participantes, as quais se tornariam precursoras das ações para a integração da América Latina. Houve uma clara consciência de que a universidade poderia contribuir para esse processo. As discussões sobre o tema não cessaram, sendo retomadas algumas décadas depois, no âmbito do Mercosul. (UNILA, 2013, p. 9).

A cidade de Foz do Iguaçu foi escolhida como sede, devido sua proximidade com a fronteira do Brasil com a Argentina e Paraguai. A Unila se caracteriza por ser uma Universidade que além de promover a intercâmbio acadêmico entre os países da América Latina e Caribe, busca promover um debate sobre os problemas sociais, políticos e econômicos que afetam esta parte do continente. Prova disso, é que a implementação dos primeiros cursos da universidade¹ foi justificada na necessidade de formação de recursos humanos aptos a colaborar com a resolução dos problemas sociais, ambientais, políticos e econômicos que se instalara na América Latina e Caribe. A integração se torna, portanto, uma ferramenta de agregação de conhecimentos e experiências que permitem, por meio da formação acadêmica dos estudantes, construir caminhos alternativos para a resolução das mazelas que afligem a comunidade latino-americana e caribenha. Assim, o projeto da Universidade consiste em pensar a partir do Sul uma nova recondução, dos países que integram a América Latina e Caribe, junto ao cenário internacional, buscando um afastamento da longa trajetória de exploração a qual estas nações estivera submetida.

Dentro deste contexto, a Unila surge para quebrar com as correntes eurocêntricas que manipulara os destinos da sociedade e de todo o sistema educacional. A Universidade nesta perspectiva, adota em seu projeto político pedagógico novos princípios que se distanciam da lógica hegemônica, entre estes princípios destaca-se a interdisciplinaridade, que “implica a inter-relação da diversidade de conteúdos curriculares - atitudes, valores, habilidades, conceitos, temas - e metodologias na sala de aula, nos projetos de extensão, na pesquisa e, em geral, entre os diversos âmbitos acadêmicos e administrativos. ” (UNILA, 2013, p. 16). Também são princípios da UNILA a interculturalidade, que consiste no respeito a diversidade cultural como forma de agregação de valores e conhecimento, o que se dá por meio do diálogo e comunicação entre as múltiplas culturas.

O bilinguismo e multilinguismo, são princípios essenciais para a condução da Universidade, já que trata-se de um projeto que agrega estudantes de língua oficial portuguesa e espanhola, além disso a “UNILA configura-se como um cenário

¹ A UNILA, instalada provisoriamente no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), em Foz do Iguaçu, iniciou suas atividades acadêmicas ainda em 2010, no dia 16 de agosto. Na ocasião, a Universidade já tinha cerca de 200 alunos oriundos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, subdivididos em seis cursos de graduação: Ciências Biológicas: Ecologia e Biodiversidade; Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento; Ciência Política e Sociologia: Sociedade, Estado e Política na América Latina; Engenharia de Energias Renováveis; Engenharia Civil de Infraestrutura; e Relações Internacionais e Integração.
Fonte: <http://www.unila.edu.br/conteudo/hist%C3%B3ria-da-unila-0>

multilíngue, onde são faladas diversas línguas autóctones, alóctones e de fronteira” (UNILA, 2013, p. 17), diante desta particularidade, o princípio do bilinguismo não deve ignorar ou desconstruir o contexto multilíngue no qual está presente, o que demanda a construção de uma política linguística que atenda as particularidades do cenário ao qual a Universidade está inserida. A integração solidária, visa a integração regional, América Latina e Caribe, “por meio do conhecimento compartilhado, promovendo pesquisas avançadas em rede e a formação de recursos humanos nas diversas áreas do conhecimento artístico, humanístico, científico e tecnológico” (UNILA, 2013, p. 17). A integração requer a inserção do princípio da gestão democrática, que implica a participação da comunidade acadêmica e civil nas decisões inerentes a universidade.

Seguindo tais princípios expostos, a Unila se estrutura como uma universidade que obedecendo ao princípio da interdisciplinaridade e almejando a integração, rompe com a divisão departamental, presente por séculos na organização educacional brasileira, propondo a organização das áreas do saber em centros interdisciplinares que permitam uma maior difusão do conhecimento, contudo, sem anular o imprescindível conhecimento disciplinar. A estrutura pedagógica está organizada de forma que todos os estudantes tenham acesso a disciplinas de um ciclo comum, que implica o ensino de Estudo Compreensivo sobre a América Latina e Caribe, Epistemologia e Metodologia, e Línguas Portuguesa e Espanhola, este último consiste no ensino de língua portuguesa para os estudantes de outras nacionalidades e da língua espanhola para os estudantes brasileiros. Além do ciclo comum, a universidade busca promover o diálogo interdisciplinar entre as disciplinas, contudo sem prejudicar os estudos referentes a cada área.

A Unila representa para o Brasil uma forma eficaz de estabelecer e fortalecer os antigos laços com o Mercosul, além de estreitar as relações comerciais e promover um maior diálogo cultural, científico e tecnológico. A Unila representa, portanto, uma estratégia política, nascida durante um momento de ascensão dos potenciais econômicos do Mercosul, nesta perspectiva a Unila se configura como uma universidade destinada a formar recursos humanos aptos a contribuir com o desenvolvimento econômico e tecnológico de suas nações, numa troca recíproca nos moldes da cooperação solidária sul-sul. O fortalecimento das relações entre os países do Sul deve-se a configuração de uma nova geopolítica ancoradas nos princípios da cooperação sul-sul, assim se fez necessário a criação de organismos capazes de integrar os anseios políticos dos países do MERCOSUL. A Unila representa um destes organismos criados em prol de fortalecer os elos entre o Brasil e os países do MERCOSUL, cujos seus interesses políticos principais

giram em torno da potencialização de parcerias econômicas, capazes de alavancar com as economias dos países deste eixo. Sua dimensão política volta-se neste sentido, para o fortalecimento de laços econômicos, construídos a várias décadas, mas que se intensificam a partir da prática da troca mútua, da cooperação sul-sul. A Unila, é nesta perspectiva, um projeto que beneficia ambos os lados da fronteira.

3.4 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) foi criada pela lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, suas atividades foram iniciadas em 25 de maio de 2011. A Unilab representa uma das ações políticas do REUNI, desta forma, sua função enquanto organismo educacional é o de fazer que o ensino superior público chegasse as áreas mais remotas, desta forma sua instalação no interior no Ceará, na cidade de Redenção, mudaria a concepção social dos habitantes desta cidade. Sendo uma universidade criada a partir dos parâmetros da cooperação internacional, a Unilab tem por objeto promover, a partir da disseminação do ensino superior, a reaproximação e integração do Brasil com a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), especialmente com os países africanos, por meio da cooperação solidária sul-sul. Assim, a interiorização e a internacionalização do ensino superior público caracterizam e diferenciam a Unilab das demais instituições de ensino, pois seu projeto político pedagógico agrega uma dimensão local, que visa o desenvolvimento regional, em meio as dificuldades e deficiências da região do Maciço do Baturité, ao mesmo tempo que abrange uma dimensão internacional, que consiste na difusão do saber, da ciência e da cultura, como forma de promover a integração internacional entre os países de língua oficial portuguesa, especialmente os países africanos, por meio da cooperação solidária sul-sul.

A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (BRASIL, 2010)

Paralelamente a criação da Unilab, o governo brasileiro passa a desenvolver políticas públicas voltadas para o resgate e reconhecimento de nossas matrizes africanas, desta forma a reaproximação com a África e com sua cultura é de fundamental importância para este resgate histórico. Dentro deste contexto, a proposta de integração luso-afro-brasileiro, proposta pela Unilab simboliza um grande marco para a comunidade afro-brasileira. A escolha da cidade de Redenção como sede deste projeto deve-se ao pioneirismo da cidade na libertação de seus escravos, a implantação da Unilab em Redenção representa o encontro de um povo com sua história e memória, o reconhecimento de uma matriz africana cultural ignorada por séculos, o fortalecimento da comunidade afro-brasileira, a construção de novos laços cooperativos – econômicos, políticos e sociais, o que implica o esquecimento de um passado colonial de exploração. No governo Lula o reaproximação com a África passou a ser uma política de Estado, e é dentro deste contexto, que a Unilab surge como uma universidade federal pública, que para além de sua função de difundir o ensino, a pesquisa e a extensão, tem por finalidade e por meio destes, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre do racismo e do preconceito, preocupada com a erradicação de seus problemas sociais, e com o desenvolvimento de sua economia local, bem como com as questões ambientais que afligem o mundo, isto tudo em ambos os lados do Atlântico.

A Unilab se configura como uma universidade de integração internacional, assim sendo, a universidade tem como missão promover a integração do Brasil com os países membros da CPLP, especialmente os países africanos, visando a formação de indivíduos aptos a contribuir com o desenvolvimento econômico e social das nações envolvidas no projeto, tendo ainda como propósito o desenvolvimento econômico e social da região na qual está inserida, o Maciço de Baturité e posteriormente do Recôncavo baiano, região onde foi instalado um novo campus. A cidade de São Francisco do Conde na Bahia recebeu um novo campus da Unilab, devido ao simbolismo enquanto cidade com maior população negra declarada. Atualmente a Unilab, no que concerne a sua função ensino, atende estudantes dos países de Angola, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Leste, além dos estudantes brasileiros, que são em sua maioria estudantes provenientes de escolas públicas e de baixa renda. Neste panorama, para garantir a permanência destes estudantes na universidade, a Unilab conta com um intenso programa de assistência estudantil, que consiste em uma ajuda de custo primordial para garantir a estadia dos estudantes estrangeiros no Brasil, além de contribuir com o prosseguimento dos estudos dos estudantes brasileiros de baixa renda. Para o quadro

docente da instituição, a lei de criação da universidade prevê a formação por professores brasileiros e professores provenientes dos países de língua oficial portuguesa.

A Unilab tem ainda - além de formar profissionais capacitados para lidar com os problemas sociais, políticos e econômicos de seus países - assume uma função social para com estas nações, que consiste na implantação de projetos que possibilitam à UNILAB contribuir para o desenvolvimento educacional, cultural e social, especialmente dos países membros da CPLP, entre os projetos podemos destacar o projeto RIPES (Rede das Instituições Públicas de Educação Superior), Projeto Universidade Aberta do Brasil-Moçambique, Programa ECOSS (Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul), e Cátedra Unitwin/Unesco Chairs Programme: Educação e Inovação para Cooperação Solidária. Este último, parafraseando o livro “UNILAB, caminhos e desafios acadêmicos da cooperação sul-sul”:

[...] representa a constituição de uma ferramenta para potencializar a Unilab no exercício de sua missão institucional, além de produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em Língua Portuguesa. (UNILAB, 2013).

A disseminação do saber universal é, portanto, uma das missões institucionais da universidade, assim por meio do saber universal a Unilab busca contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa, especialmente os africanos. A Unilab busca ainda sua projeção no cenário internacional da educação superior, para tanto mantém acordos, convênios e programas de cooperação internacional que visam a inserção da educação superior brasileira no cenário internacional, bem como o fortalecimento da cooperação solidária, com ênfase nos países de língua portuguesa. Construindo assim, por meio seja do ensino, da pesquisa ou da extensão, laços cooperativos com nações e Universidades do mundo inteiro, o que consolida a sua missão enquanto instituição de ensino internacional, ao passo que evidencia seu caráter político enquanto política de Estado.

A Universidade por meio dos seus elementos fins, o ensino, a pesquisa e a extensão tem por objetivo promover um diálogo intercultural, interdisciplinar e crítico, entre os indivíduos e suas respectivas nações, a fim de consolidar a integração entre o Brasil e a CPLP. Os parâmetros que nortearam a criação da Unilab direcionam a universidade para uma dimensão política e social, desde a implementação dos primeiros cursos que foram criados, segundo a sua lei de criação, mediante as necessidades do Brasil

e dos países membros da CPLP, especialmente os países africanos, com ênfase em temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas. Cada estudante formado na Unilab tem a função de contribuir com o desenvolvimento de seu país, para tanto está previsto que no processo de conclusão de seus cursos estes alunos por meio de um sistema de estágios, retornem ao seu país de origem e, com monitoramento da universidade, apliquem os conhecimentos aprendidos. A universidade, quanto a sua estrutura pedagógica, adota o regime trimestral e integral, o que permite um maior convívio entre os alunos das diferentes nacionalidades.

A Unilab como instituição de cooperação internacional se torna uma disseminadora do saber e da cultura entre o Brasil e os países parceiros. Assim sendo seu projeto político pedagógico agrega princípios fundamentais, que no contexto da cooperação sul-sul, são de fundamental importância para a integração proposta pela universidade. Os princípios pedagógicos que norteiam a Unilab, consiste no avanço da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social, além do reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar, o que presume ainda o reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural e de gênero, o que presume o uso da interculturalidade como forma de se conviver com as diferenças. A universidade dentro tem como princípio ainda, a inclusão social com qualidade acadêmica, para tanto faz uso das políticas afirmativas como forma de inserir os indivíduos marginalizados socialmente. Dentro de seu propósito pela integração internacional, a Unilab conduz suas atividades sobre os princípios da interdisciplinaridade que se caracteriza pela implantação de um ciclo comum, no qual são ensinadas disciplinas que abordam a história africana e que introduzem um novo olhar sobre a cultura afro-brasileira e suas matrizes, bem como introduzem entre as áreas do saber um diálogo recíproco. Além destes princípios, a universidade busca ainda manter a articulação teórico-prática, e a articulação ensino-pesquisa-extensão.

A criação da Unilab expressa um momento em que o Brasil assume uma nova postura na política externa, mantendo as alianças antigas com os EUA e União Europeia, contudo, voltando seus esforços para a reaproximação com os países do sul, buscando antes reforçar a parceria com velhos parceiros, como a América Latina, ao mesmo tempo que traça novas relações com os países do continente africano, que durante décadas esteve firmada por meios de programas de cooperação em educação, como o PEC-G e o PEC-PG. A criação da Unilab reforça o desejo do governo federal em ter a África como um parceiro para o desenvolvimento, conforme podemos observar no discurso do presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 13ª Assembleia da União Africana, no ano de 2009, um ano antes da aprovação da lei de criação da Unilab.

A prioridade para as relações com a África, decidida pelo meu governo, passou a ser política de Estado. Ela vai além dos discursos e das expressões de simpatia. Ela está respaldada por ações concretas. O Brasil não vem à África para expiar a culpa de um passado colonial. Tampouco vemos a África como extensa reserva de riquezas naturais a ser explorada. O Brasil deseja ser parceiro em projetos de desenvolvimento. Queremos compartilhar experiências e lições, somar esforços e unir capacidades. (LULA DA SILVA, 2009).

A Unilab se encaixa, portanto, no eixo das estratégias políticas de reaproximação do Brasil com o continente africano, ao passo que busca atender as diretrizes internacionais que determina que as nações busquem aprofundar a cooperação com os países da África, principalmente no que tange a fomentação do ensino superior, conforme o estabelecido na Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009. É, portanto, uma universidade de contrastes, da interiorização à internacionalização, seu projeto pedagógico é um projeto inovador, não só pela sua dimensão internacional, mas pela forma como se arquiteta enquanto universidade pública federal, instituindo um modelo novo e único de universidade, voltado para o desenvolvimento cultural, econômico, e social do Brasil e dos países parceiros, sob uma perspectiva social e humana. Contudo. É importante destacar que a interdisciplinaridade e a interculturalidade, princípios fundamentais para a cooperação solidária sul-sul, ao mesmo tempo que diferencia a universidade se torna um dos grandes desafios de sua construção. Diferentes povos e culturas se entrelaçam em uma cidade no interior do Ceará, sem perspectiva, desprovida de políticas públicas, mas que se viu modificada com o sonho da chegada de uma universidade. O sentido de “modificar” aqui refere-se não só a realidade social, as mentes da população local, suas perspectivas sobre o povo africano, seus preconceitos raciais, culturais, étnicos são barreiras a serem quebradas diariamente. Na verdade, a Unilab simboliza o traçar de novos caminhos para o Brasil, seja na sua forma de fazer política, seja na forma de enxergar o povo africano, e conseqüentemente reconhecer suas raízes, seja na modelação de uma nova política capaz de unir interesses políticos externos e políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou identificar a partir do estudo de caso da Unila e da Unilab, qual o papel da educação superior na consolidação do modelo de cooperação sul-sul. Para tanto, buscou-se resgatar os contextos, históricos e políticos, que a educação superior e a cooperação sul-sul ocuparam em cada período.

Os desdobramentos da educação superior no Brasil sempre se voltaram a atender os anseios políticos de cada período, assim sendo, na cooperação sul-sul ela também age como uma política que se volta para atender os interesses do país frente a política externa. Para além dos agentes e fatores envolvidos no processo de internacionalização, a Universidade se articula como uma unidade, que em consonância com os princípios que regem a cooperação horizontal, aproxima fronteiras e atravessa oceanos. Neste sentido, o ensino superior vai além de sua função de formar recursos humanos aptos a lidar com os problemas do subdesenvolvimento, a Universidade se torna uma instituição que agrega sua função enquanto política social, ao passo que aproxima nações por meio de uma estrutura comum.

No capítulo 1, este estudo identificou que a lógica da superioridade do Norte sobre o Sul decorre do uso de formas simbólicas de apropriação e dominação. Desta forma, para além do uso da violência física, a sustentação das desigualdades mundiais requer a imposição de mecanismos, que embora aparentemente não apresentem suas reais intenções, são dotados de estratégias destinadas a outros fins, que contribuem para a manutenção do poder supremo, enquanto reproduz as desigualdades no seio das relações internacionais.

A cooperação internacional, elemento abordado ao longo do capítulo 2, representa um mecanismo de imposição do poder simbólico, pois embora tenha surgido em prol do desenvolvimento das nações em desenvolvimento, esconde intenções para além do discurso da ajuda. A partir da análise da cooperação sul-sul este trabalho conclui que, para além do discurso da solidariedade, a cooperação sul-sul contribui para o estabelecimento de uma relação de troca. Assim, quem doa espera receber, ainda que a longo prazo, um retorno, seja sob a forma de capital, seja sob a forma de projeção no cenário internacional, enquanto que os países receptores da ajuda se encontram presos a um ciclo de dependência e conformidade. Para além, da contribuição para a ascensão do Sul global, a cooperação solidária sul-sul reproduz a mesma lógica das relações do “poder simbólico”, visto que, a relação doador e receptor, consiste numa lógica de apropriação

de quem doa sobre quem recebe a ajuda, constituindo uma relação de dominação. Contudo, não se pode negar o seu caráter inovador, enquanto política alternativa as relações de dominação do Norte global.

O Brasil, na cooperação sul-sul, revela-se como um agente doador de técnicas e instrumentos, no intuito de garantir no desenvolvimento das capacidades necessárias para o desenvolvimento de cada região. A cooperação sul-sul, exercida pelo Brasil, se caracteriza, portanto, como uma política de governo, pois o Estado brasileiro modificou ao longo da história sua postura e seus parceiros na política externa, no intuito de melhor atender as necessidades políticas e econômicas de cada período. A Unila e a Unilab, neste sentido, enquanto projetos de cooperação sul-sul, constituem uma política de governo. Enquanto, instituição de ensino superior, criadas na perspectiva da internacionalização do ensino superior, cumprem seu papel social, ao mesmo tempo que desempenha funções políticas e econômicas. Pois, a criação de ambas permitiu uma maior aproximação, no contexto das relações internacionais, entre o Brasil e os países da América Latina, Caribe, África e Ásia, o que possibilitou ao país a abertura de portos e mercados econômicos por meio de acordos de livre comércio, de execução de atividades econômicas e de exploração de recursos naturais destas regiões, bem como a promoção de prestígio internacional nos países em que fornece a “ajuda”.

A cooperação em educação representou um dos principais pontos estratégicos na cooperação sul-sul, prova disso foram a quantidade de recursos destinados a esta política na última década, segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A partir deste fato, podemos concluir que a Unila e a Unilab desempenham papéis centrais para a efetivação da cooperação com os países envolvidos no projeto.

No estudo sobre a Unila, concluímos que ela representa no cenário mundial uma política consistente de cooperação sul-sul. Para o sul, representa a quebra com os paradigmas do eurocentrismo, modelo ao qual a educação obedecera por séculos. É ainda para as nações latino-americanas e caribenhas um meio de reaproximação destas nações, o que implica além da dimensão social e cultural estabelecida pela universidade, o fortalecimento das relações políticas e econômicas entre estas nações. Sendo para os agentes sociais envolvidos, um meio de construção de um conhecimento pautado nas vivências empíricas com outras culturas e etnias. No que concerne a Unilab a pesquisa aponta que ela é para o Brasil o encontro com suas raízes africanas, ao mesmo tempo que representa para a comunidade negra uma conquista importantíssima na luta contra o racismo. É para a comunidade de língua portuguesa a dimensão que agrega o

reconhecimento da língua portuguesa como quinto idioma mais falado no mundo, ao passo que impulsiona sua projeção no cenário internacional. Assim, como é para o governo brasileiro, um ponto estratégico para a reaproximação com a África, sendo ainda um projeto que impulsiona a elevação do “status” do Brasil perante a comunidade internacional, o que na prática lhe abre muitas portas.

O presente trabalho constata que, a Unila e a Unilab exercem o papel de quebrar com a lógica de dominação do Norte sobre o Sul, uma vez que suas diretrizes propõem a propagação do conhecimento com base nas práticas e saberes locais, buscando para isso na interculturalidade e na interdisciplinaridade, os mecanismos necessários para romper com a hegemonia do pensamento provindo do Norte Global. Ao mesmo tempo que, enquanto projetos de cooperação sul-sul, agregam a dimensão da solidariedade, que no campo das estruturas simbólicas, escondem os reais interesses políticos e econômicos por trás da criação das universidades. Assim sendo, representam uma estratégia política capaz de alavancar outros recursos para o Brasil frente a comunidade internacional, como o firmamento de alianças econômicas, uma progressão do país no cenário mundial, além de uma maior visibilidade e prestígio, frente aos países do Sul e da CPLP, por conta do protagonismo exercido. Assim, Unila e Unilab contribuem para a progressão política do país no cenário internacional, bem como colabora para abertura de um mercado econômico amplo com os países envolvidos, uma vez que a prioridade é firmar acordos com países parceiros que contribuem para o seu desenvolvimento.

Enquanto instituição de nível superior internacional no século XXI, agregam funções sociais, culturais, políticas e econômicas, o que possibilita a universidade exercer papéis que vão além do ensino, da pesquisa e da extensão. Concluimos, que a Unila e a Unilab são provenientes de uma política de governo, que exercem para a efetivação da cooperação sul-sul um papel social, proveniente da própria função da universidade; um papel cultural, que se manifesta nas trocas e conhecimentos culturais que a integração internacional proporciona; um papel político, provindo da articulação política das autarquias com os países parceiros, por meio da instituição de acordos de cooperação; um papel econômico, que se manifesta nos diversos acordos de cunho econômico firmados desde a implementação das duas Universidades.

A educação superior representa, portanto, uma estratégia de articulação política para a efetivação da atual política externa pensada pelo Brasil, que tem na cooperação sul-sul, um mecanismo para projeção do país no cenário internacional. A Universidade cumpre, pois, um papel político, ao mesmo tempo que articula o social, o cultural e

possibilita a ascensão do econômico por meio das relações internacionais. O que revela a força transformadora da educação, capaz de ascender a posição do país nos rankings mundiais, e a mostra como prioridade, visto a sua função essencial para a efetivação da cooperação sul-sul.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira**. Brasília, 2012. Disponível em:

<<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

AFONSO, M. M.; FERNANDES, A. P. **abCD Introdução à cooperação para o desenvolvimento**. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr/Oikos, 2005. 139p.

AMARAL, J. B. **Atravessando o Atlântico: o programa estudante convênio de graduação e a cooperação educacional brasileira**. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

AYLLÓN PINO, B.; COSTA LEITE, I. O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: contribuições e desafios. **Boletim Meridiano** 47, [S.l.], v. 10, n. 113, p. 17-18, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/495>>. Acesso em: 15 out. 2014.

BECHI, D. Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 33, n. 1, p.139-147, 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/11580/11580>>.

Acesso em: 19 jan. 2015.

BERNAL-MEZA, R. A política exterior do Brasil: 1990-2002. **R. Bras. Polít. Inter.**, Brasília, v.45, n.1, p. 36-71, 2002. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a02v45n1.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 16ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **O senso prático**. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: n. 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 jan. 2010. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm>. Acesso em: 12 out 2014.

BRASIL. Lei nº 12.289, de 12 de janeiro de 2010. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 jul. 2010. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm>. Acesso em: 15 nov. 2014.

CARVALHO, C. H. de A. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2008). Ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. In: SILVA, J. R. S. Jr.; OLIVEIRA, J. F.; MANCIBO, D. (Org.) **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2006. p. 125-139.

CERVO, A. L. A política exterior: de Cardoso a Lula. [Editorial]. **R. Bras. Polít. Inter.** Brasília, v. 46, n.1, p. 5-11, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n1/a01v46n1.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

FERREIRA, S. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, v. 18, n. 36, p. 455-472, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193523808013>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

FIORI, José Luís. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica y Emancipación**, n.2, p. 157-183, primer semest. 2009. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/CyE2/06opo.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

COOPERAÇÃO brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009. Brasília: IPEA; ABC, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cooperacao_brasileira.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

COOPERAÇÃO brasileira para o desenvolvimento internacional 2010. Brasília: IPEA; ABC, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cooperacao_brasileira_ed02a.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2014.

KERCH, A. L.; SCHNEIDER, L. G. O Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: a atuação brasileira na Cooperação Sul-Sul. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 6., 2013, Bento Gonçalves/ RS. **Artigo...** Bento Gonçalves: Anpad, 2013. p. 1 - 16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2013/2013_3Es460.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

LEITE, P. S. O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: FUNAG, 2011.

LOPES, C. Cooperação técnica, um conceito histórico. IN:_____. **Compasso de espera: o fundamento e o acessório na crise africana**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

_____. **Cooperação e desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

LULA DA SILVA. L. I. Discurso na cerimônia de abertura da 13ª Assembleia da União Africana. Sirte, Líbia, 01 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/01-07-2009-discurso-do-presidente-da>>

republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-da-13a-assembleia-da-uniao-africana/view>. Acesso em: 23 jan. 2015.

MARQUES, W. Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba; Campinas, v.18, n.1, p. 69-83, mar. 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219125744005>>. Acesso em: 04 out. 2014.

MILANI, C.R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Cad. CRH.** Salvador, v.25, n.65, p. 211-231, mai./ago. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200003>. Acesso em: 25 out. 2015.

NEVES, C. E. B. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS, 1, 2012, São Francisco-RS. **Artigo...** São Francisco: UFRGS, 2012. p. 1 - 18. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/geu/Artigos 2012/Clarissa Baeta Neves.pdf](http://www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2015.

OLIVEIRA, A.R. M. de. Internacionalização da educação: indicadores para a educação superior. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 23, 2007, Porto Alegre/RS. **Anais...** Porto Alegre: Anpae, 2007. p. 1 - 11. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/06.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

OLIVEIRA, J. F; CATANI, A. M; SILVA, J. dos R. **Educação superior no Brasil:** em tempos de internacionalização. São Paulo: Xamã, 2010.

PINHEIRO, C. H. L. **Percepções e trajetórias docentes:** mobilidade no contexto da interiorização e expansão do ensino superior público no Estado do Ceará. 2013. 252 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2013.

SANTOS, A. P. dos; CERQUEIRA, E. A. de. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9. , 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. p. 1-17. Disponível em: < <http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2015.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.) **Epistemologias do Sul.** São. Paulo: Cortez. 2010.

SANTOS, B. de S. **A universidade do Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVEIRA, G. S. O Brasil e as relações Sul-Sul. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS SEBREEI: INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO SUL-SUL NO SÉCULO XXI, 2012, Porto Alegre.

Anais... Porto Alegre: SEBREEI, 2012. p. 172 - 181. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sebreei/2012/wp-content/uploads/2013/01/Giovana-Souza-Silveira.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2014.

SOARES, M. S. A. (Org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

TREVISOL, J. V.; TREVISOL, M. T. C.; VIECELLI, El. O ensino superior no Brasil: políticas e dinâmicas da expansão (1991-2004). **Roteiro**, Joaçaba, SC, v. 34, n. 2, p. 215-242, jul. 2010. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/306>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

ULLRICH, D. R.; CARRION, R. da S. M. A Atuação do Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: o desafio do compartilhamento de saberes. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí-RS, ano 10, n. 20, p. 4-27, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/752/75223635002.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Em análise a cooperação "Sul-Sul": ruptura ideológica ou reprodução? **Política & Sociedade**: revista de sociologia política, Florianópolis, v. 12, n. 25, p.65-84, set. 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95163/000914252.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 set. 2014.

ULLRICH, D. R.; MARTINS, B. V.; CARRION, R. da S. M. A. A Cooperação Sul-Sul como Estratégia de Política Externa Brasileira: análise dos governos Lula e Dilma. In: . ENCONTRO DO ANPAD, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro:ANPAD, 2013. p. 1-16. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_ESO911.pdf>. Acesso em: 11 no. 2014.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA (UNILAB). **Diretrizes Gerais**. Redenção, 2010.

_____. **Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul**. Redenção, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013-2017**. Foz do Iguaçu, 2013. Disponível em: <<http://www.unila.edu.br/conteudo/institucional>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Estatuto**. Foz do Iguaçu, [s.d]. Disponível em: <<http://www.unila.edu.br/conteudo/institucional>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

VIZENTINI, P. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9>>. Acesso em: 15 out. 2015.